

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA MATTOS DE ALMEIDA PIANARO

A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO
MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PISO
SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DE 2007 A 2015.

CURITIBA

2015

A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO
MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PISO
SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DE 2007 A 2015.

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de especialista em Políticas
Educacionais, do Núcleo de Pesquisa em
Políticas Educacionais, Setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Andréa
Gouveia Barbosa

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA MATTOS DE ALMEIDA PIANARO

A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO
MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PISO
SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DE 2007 A 2015.

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas
Educativas do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia

Orientadora

Coordenadora do Curso

RESUMO

A presente investigação tem como objeto de estudo a discussão sobre a Remuneração dos Professores da rede Municipal de Ensino do Município de Campo Magro. A proposta foi explorar o objeto de estudo no contexto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e do Piso Salarial Profissional Nacional no município. Fez-se necessário discutir das políticas de fundos da educação brasileira e um breve resgate histórico referente a valorização dos profissionais em educação e da remuneração na legislação brasileira. Para análise empírica foram coletados dados contidos nos Estatutos de Cargos e Salários do município, tabelas salariais de vencimento dos anos de 2009 e 2013, e contracheques que foram disponibilizados por cinco funcionárias. A partir dos dados coletados, foi possível uma análise histórica do ponto inicial das tabelas de vencimento, e a construção do panorama da remuneração dos professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais e dos professores de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, no período entre 2007 a 2015. Nas análises buscou-se responder se houve e quais foram os impactos do Fundeb e do Piso Salarial Profissional Nacional na remuneração dos professores da rede municipal de Campo Magro no período analisado.

Palavras-chave: Fundeb, Piso salarial Profissional Nacional, Políticas de Fundos, remuneração, política educacional.

Abstract

This research is about the discussion on the Teachers' Salary in the Campo Magro Municipal Network. The propose was exploring the object of study, in the context of Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Valorization of Teaching Professionals, and, Floor Salary National Professional, in the city. It was necessary to the discussion of the Brazilian education funding policies and a brief historical review concerning the valuation of professionals in education and remuneration in Brazilian legislation. For empirical analysis were collected data contained in the Statute of positions and municipal salaries, pay scales of maturity in the period of 2009 and 2013, and paychecks that were available for five employees. From the collected data, it was possible a historical analysis of the starting point of the salary scales, and the construction of the panorama of the remuneration of teachers in the early grades of elementary school, with a workload of 20 hours per week and Early Childhood Education teachers with workload of 40 hours per week, in the period from 2007 to 2015. In the analysis sought to answer whether there were and what were the impacts of FUNDEB and Floor Salary National Professional in the remuneration of Campo Magro teachers during the period.

Key words: FUNDEB, Floor Salary National Professional, Funding Policies, remuneration, education policie.

LISTA DE SIGLAS

ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
CEB- Câmara de Educação Básica
CF- Constituição Federal
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
DEM – Partido Democratas
EC - Emenda Constitucional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FPE - Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPLEX - Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
INPC- Índice Nacional de Preços Consumidor
ITCM - Imposto de Transmissão “Causa Mortis”
ITR - Imposto Territorial Rural
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC – Ministério da Educação
N1 – Nível de Estágio Probatório
N1.1 – Nível Magistério Modalidade Normal
N2 – Nível Superior
N3 – Nível de pós-graduação
NEP – Nível em Extinção
NSP- Nível Superior

NPP- Nível de Pós-graduação

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PMN – Partido Mobilização Nacional

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio

PPS – Partido Popular Socialista

PRP – Partido Republicano Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B- Partido Trabalhista do Brasil

PV- Partido Verde

SEDUC – Secretaria de Educação de Campo Magro

STF- Supremo Tribunal Federal

VF – Vaga Fixa

VP – Vaga Provisória

VS – Vaga Substituta

VT – Vaga Transitória

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	DEMOGRAFIA E TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. FONTE: IBGE (2010,2015).....	21
TABELA 2 -	GASTO EM MDE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO MAGRO NOS ANOS ENTRE 2007-2015, EM VALORES REAIS CORRIGIDOS PELO INPC (DEZ/2015).....	22
TABELA 3 -	TABELA DE PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO VERTICAL (NÍVEIS) A SEREM CONCEDIDOS APÓS A ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA AVANÇO.....	25
TABELA 4 -	COEFICIENTES SOBRE O VALOR BÁSICO DA CARREIRA DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI COMPLEMENTAR Nº 540/2009.....	26
TABELA 5 -	ESTRUTURAÇÃO NA CARREIRA DOS PROFESSORES NOS ANOS DE 2009 E 2013. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 540/2009 E Nº 827/2013.....	29
TABELA 6 -	ESTRUTURAÇÃO NA CARREIRA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOS ANOS DE 2009 E 2013. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 540/2009 E Nº 827/2013.....	30

TABELA 7 -	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO PARA O CRESCIMENTO VERTICAL DE PROFESSORES E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 827/2013.....	31
TABELA 8 -	MUDANÇAS ENCONTRADAS NOS ESTATUTOS DE PLANOS DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 540/2009 E Nº 827/2013.....	32
TABELA 9 -	TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO- MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO- ANO 2009. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 540/2009.....	33
TABELA 10 -	TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL- MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO- ANO 2009. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 540/2009.....	34
TABELA 11 -	TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE PROFESSOR- MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO- ANO 2013. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 827/2013.....	35

TABELA 12 - TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO- ANO 2013. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 827/2013.....	36
TABELA 13 - TABELA DE VENCIMENTOS DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO- ANO 2013. FONTE: ESTATUTO E PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. LEI MUNICIPAL Nº 827/2013.....	37
TABELA 14 - TABELA COMPARATIVA DA SÉRIE HISTÓRICA DOS VENCIMENTOS NO PONTO INICIAL DAS TABELAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO NOS ANOS DE 2009 E 2013.....	38
TABELA 15 - TABELA COMPARATIVA DA SÉRIE HISTÓRICA DOS VENCIMENTOS NO PONTO INICIAL DAS TABELAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO NOS ANOS DE 2009 E 2013.....	38
TABELA 16 - TABELA REFERENTE À REMUNERAÇÃO DA FUNCIONÁRIA 1 NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2015.....	39
TABELA 17 - TABELA REFERENTE À REMUNERAÇÃO DA FUNCIONÁRIA 2 NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2015.....	40
TABELA 18 - TABELA REFERENTE À REMUNERAÇÃO DA FUNCIONÁRIA 3 NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2015.....	41
TABELA 19 - TABELA REFERENTE AO VENCIMENTO INICIAL DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE	

CAMPO MAGRO, CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS NO
ANO DE 2015, NOS MESES DE JANEIRO A MAIO.....42

TABELA 20 - TABELA DE VENCIMENTO DE UMA PROFESSORA DAS SÉRIES
INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL- CARGA HORÁRIA DE 20
HORAS SEMANAIS. COM VALORES DE INFLAÇÃO CORRIGIDOS
PELO INPC PARA O ANO DE 2015.....44

TABELA 21 - TABELA DE VENCIMENTO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL - CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS. COM
VALORES DE INFLAÇÃO CORRIGIDOS PELO INPC PARA O ANO
DE 2015.....44

TABELA 22 - TABELA REFERENTE A REMUNERAÇÃO INICIAL DOS
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DO ENSINO
FUNDAMENTAL, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS
SEMANAIS NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PSPN – CAMPO
MAGRO – 2007 A 2015.....45

TABELA 23 - TABELA REFERENTE A REMUNERAÇÃO INICIAL DOS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL
DO ENSINO L, COM JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS
SEMANAIS NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PSPN – CAMPO
MAGRO – 2007 A 2015.....46

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 - PERFIL DA ATIVIDADE PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, ANO 2008. FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS, PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO 2004-2008.....19
- GRÁFICO 2 - MOVIMENTO DE MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO MAGRO NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2015. FONTE: INEP/MEC.....21
- GRÁFICO 3 - MOVIMENTO DOS RECURSOS DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO. FONTE: CAMPO MAGRO (2008, 2009 E 2013).....23
- GRÁFICO 4 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, COM JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS – 2007 A 2015. FONTE: CAMPO MAGRO (2009 E 2013).....46
- GRÁFICO 5 - MOVIMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, COM JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS – 2007 A 2015. FONTE: CAMPO MAGRO (2009 E 2013).....47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1 - AS POLÍTICAS DE FUNDOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	07
CAPÍTULO 2 - VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E REMUNERAÇÃO NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL.....	11
2.1. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO.....	11
2.2. REMUNERAÇÃO DOCENTE.....	13
2.3. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL.....	16
CAPÍTULO 3 – O MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO- POTENCIALIDADES E LIMITES.....	18
3.1. AS DESPESAS EM EDUCAÇÃO EM CAMPO MAGRO E OS RECURSOS DO FUNDEB.....	20
3.2. PLANOS DE CARREIRA NOS ESTATUTOS.....	23
3.3. AS CONDIÇÕES DE VENCIMENTO DOS PROFESSORES EM CAMPO MAGRO.....	32
3.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA SÉRIE HISTÓRICA DOS VENCIMENTOS NO PONTO INICIAL DA TABELA.....	38
3.5. ANÁLISE DOS COMPONENTES DE REMUNERAÇÃO A PARTIR DOS CONTRACHEQUES.....	39
3.6. IMPACTO DO FUNDEB E DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a Remuneração dos Professores da Rede Municipal de Ensino do Município de Campo Magro no contexto do Fundeb e do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), à luz do debate sobre a valorização docente municipal.

Dessa maneira houve a necessidade da discussão referente as políticas de Fundos e a respeito da valorização dos profissionais da educação brasileira como um elo importante para a remuneração docente no país.

Nesta perspectiva a monografia busca apresentar dados referentes ao FUNDEF, FUNDEB e o PSPN como parte das políticas educacionais no Brasil, para então analisar o impacto do Fundeb e do PSPN na remuneração dos profissionais do município de Campo Magro.

Buscou-se através da análise dos planos de Cargos e Salários dos Professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e dos Professores da Educação Infantil de Campo Magro no período entre 2007 a 2015, compreender se o Fundeb e o PSPN foram eficientes como instrumentos para a melhoria na remuneração dos profissionais e consequentemente na valorização do magistério no município.

Para realização da pesquisa utilizou-se dados referentes aos Estatutos do Magistério Municipal para conhecer a carreira dos Profissionais da rede Municipal de Ensino de Campo. Para analisar o impacto do Fundeb e do PSPN sobre a remuneração dos professores verificamos as tabelas de vencimento dos anos de 2009 e 2013 fazendo uma comparação histórica entre os dados, e os contracheques de cinco funcionárias entre os anos de 2007 e 2015. Tais ferramentas oportunizaram verificar ainda se a valorização docente e os planos de carreira estão expressos na remuneração dos professores da rede. Nos dados das tabelas de vencimentos e dos contracheques foram feitas atualizações monetárias de acordo com o INPC- Índice Nacional de Preços Consumidor, disponível no Banco Central, com as datas referentes ao ano de 2015.

O trabalho foi organizado em 3 (três) capítulos. No primeiro capítulo foram apresentados elementos referentes às políticas de fundos do Brasil, através de um resgate histórico das legislações que permeiam o financiamento da educação no país.

No segundo capítulo tratou-se da remuneração do magistério no contexto do Fundeb e em tempos de Piso Salarial Profissional Nacional, a fim de compreender a remuneração dos professores na legislação e como o Fundeb e a Lei do PSPN trouxeram elementos de valorização dos Profissionais da Educação no país. Para então no terceiro capítulo conhecer o município de Campo Magro, a carreira dos profissionais da rede municipal de ensino, as condições de vencimento dos profissionais, as despesas em educação no município e os recursos do Fundeb. Assim, analisar os dados empíricos compostos pelas tabelas de vencimentos do município de Campo Magro aprovadas a cada mudança de Plano ou reposição salarial; contracheques e pelo Estatuto de Cargos e Salários.

1. AS POLÍTICAS DE FUNDOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 é um dos marcos mais importante para a educação brasileira. Foi a partir de então que o Brasil adotou o sistema de triplo federalismo, incorporando os municípios como entes federados. (SOUZA, 2005). Nessa perspectiva, o movimento de descentralização e aumento de responsabilidades das esferas estaduais e municipais pela oferta educacional visava combater as desigualdades econômicas e sociais entre os municípios da federação, então se criou o Fundo de Participação dos municípios (FPM), que descentralizaram os recursos do governo central.

Com a criação do Fundo de Manutenção e Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) no ano de 1996 fica evidente esse novo contexto de reforma dos recursos para a educação, principalmente a ampliação significativa da responsabilidade dos municípios nas matrículas das séries iniciais do Ensino Fundamental. E posteriormente com a substituição deste Fundo no ano de 2006 pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que implicaram em profundas alterações nas administrações municipais no Brasil, no que diz respeito à oferta de ensino público e também sua estrutura orçamentária-financeira. (LIMONTI, PERES e LIMA, 2014).

O Fundef foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Sua implantação deu-se no dia 1º de janeiro de 1998 em todo o país com exceção do Estado do Pará, que por força de Lei Estadual implantou-o em julho de 1997.

O fundo representou uma inovação na estrutura de financiamento do Sistema Educacional Público no Brasil, subvinculando uma parcela de recursos para a educação no Ensino Fundamental.

O Fundo é composto, basicamente, por recursos dos próprios Estados e Municípios, originários de fontes já existentes, sendo constituído de 15% do:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE.
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (incluindo os recursos relativos à

desoneração de exportações, de que trata a Lei Complementar nº. 87/96).

- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – Iplexp. (Manual de Orientação do FUNDEF. Brasília: Mec, Maio/2004, p.7).

O FUNDEF é um fundo similar à lógica do FPM, segundo Arelalo (s.d.), porém atua somente nos recursos para educação. No entanto, a municipalização do Ensino Fundamental aumentou consideravelmente o número de alunos matriculados nos sistemas municipais de ensino. No período de 1991 a 1996 as matrículas municipais respondiam por cerca de 37% do total da rede pública, em 1997 com a entrada em vigor da Lei do Fundef, nota-se um progressivo aumento da participação da rede municipal, que chega em 2006 atendendo 52% das matrículas públicas. Esse crescimento evidencia ainda mais quando se verifica a evolução das matrículas no ensino fundamental, nas diferentes regiões do país. Em todas as regiões a municipalização progrediu, a rede municipal de ensino no ano de 1991 era responsável por 35% das matrículas públicas em ensino fundamental e no ano de 2006 passou a ser responsável por 60% das matrículas nesta etapa de ensino. (PINTO, 2007).

Pinto (2007) mostra ainda que uma das consequências deste aumento na participação dos municípios nas matrículas é o rompimento do equilíbrio entre alunos atendidos e a capacidade financeira dos municípios, pois a receita líquida de impostos dos municípios é muito inferior do que a obtida pelos estados, demonstrando uma fragilidade do sistema de financiamento. E quando analisadas a distribuição de receitas em diferentes regiões do país, os problemas aumentam, pois, estados como MA, CE, Al e PA, onde o investimento por aluno é mínimo, evidencia-se que os governos estaduais obtêm cerca de 1,5 vezes mais recursos de impostos que os governos municipais, e são responsáveis por menos da metade dos alunos. Dessa maneira estes municípios necessitam da transferência de recursos de uma esfera de governo para outra. (PINTO, 2007).

Outro importante efeito constatado com o Fundef se refere ao pacto federativo quanto às mudanças ocorridas nos critérios de distribuição das receitas tributárias entre os municípios de um mesmo estado. Nesse ponto sendo Pinto (2007), duas tendências se observam:

“Uma positiva, do ponto de vista da justiça fiscal, e outra negativa. A mudança positiva refere-se ao critério de distribuição do ICMS, que é o tributo de maior arrecadação no país e principal fonte de recursos do FUNDEF e do FUNDEB. Nos termos da legislação, o principal critério que rege a distribuição da cota municipal do ICMS (que corresponde a 25% do total deste imposto) entre os municípios de um mesmo estado é a respectiva arrecadação. É por isso que os municípios mais industrializados são aqueles que apresentam as maiores receitas *per capita* do país, já que a maior parte da arrecadação do ICMS advém da atividade industrial. Ora, o FUNDEF (e o FUNDEB com maior impacto) altera esse critério no que se refere àquela parcela do tributo que compõe este fundo, já que a distribuição se dava, no caso do FUNDEF, pela proporção de alunos matriculados no ensino fundamental regular da respectiva rede e, no caso do FUNDEB, pela matrícula na educação básica. Em termos concretos, essa mudança de critério significa que os municípios com maior receita de ICMS tendem a transferir recursos para aqueles de menor receita. Entendemos como positivo este efeito “Robin Hood” porque, uma vez que esse tributo tem natureza indireta e é pago, portanto, pelo consumidor final, não é justo que alguns poucos municípios mais industrializados se beneficiem de um tributo que é pago por todos, inclusive por habitantes de outros estados, mas esta é outra polêmica que está além dos limites deste artigo. Contudo, o FUNDEF apresenta também um efeito “Robin Hood” às avessas e que atinge principalmente os pequenos municípios, em especial aqueles situados nas regiões mais pobres do país e cuja receita principal vem das transferências da União propiciadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). ” (PINTO, 2007).

Assim sendo, os municípios com menores arrecadações são os mais beneficiados nessa lógica. E levam a discutir o efeito do tamanho dos municípios no financiamento da educação. Segundo dados do IBGE 25% dos municípios brasileiros possuíam menos de 5mil habitantes; 73% possuíam menos de 20 mil habitantes; 0,5 % com mais de 500 mil habitantes e 4% com 100 mil habitantes. Esta predominância de municípios de pequeno porte demográfico segundo Pinto (2007) gera outro problema, em geral sua receita tributária é muito pequena, uma vez que os tributos municipais mais relevantes são o IPTU e IPVA, só são significativos em municípios de grande porte e de elevado grau de urbanização. Segundo dados do Censo do IBGE, no ano de 2001, 25 % dos municípios brasileiros possuíam menos de 5 mil habitantes e 73 % menos de 20 mil habitantes, embora respondiam na época há por 2,7% e 19,7% respectivamente, do total da população do país. No ano de 2003, estudo feito

pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), mostrou que os municípios com menos de 50 mil habitantes apresentam uma receita tributária inferior a R\$50/habitante e nos municípios com mais de 1 milhão de habitantes esse valor é superior a R\$200/habitante. Reiterando as disparidades de arrecadação entre municípios no país.

No ano de 2007 o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB) com a regulamentação da Lei nº 11.494/07. O fundo previsto para durar 14 anos pretende corrigir as falhas que existiram no Fundef, como a exclusão da educação infantil, Educação de Jovens e Adultos e ensino médio e profissional, incorporando toda a educação básica. (DAVIES, 2008). Além de diminuir as desigualdades entre as diferentes regiões do país, através da complementação do fundo pela União aos municípios e estados cujas receitas de impostos não atinjam o valor mínimo de custo/aluno/ano. (BRASIL, 1996).

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil constituído em cada estado da federação, a arrecadação de 20% dos principais impostos estaduais é destinada ao fundo, ou seja, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Outra parte é constituída por valores transferidos da União para os estados, sendo eles o Fundo de Participação dos Estados (FPE), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), Desoneração das Exportações, com a Lei Complementar nº. 87 (BRASIL, 1996d). Constituem-no ainda valores que são repassados da União para os municípios: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios. (BRASIL, 2007).

Assim como no FUNDEF, a distribuição deste fundo entre estados e seus municípios se dá proporcionalmente ao número de matrículas na educação básica, instituídos por um valor mínimo de custo/aluno/ano, que equacionado aos recursos disponíveis para MDE pela receita de impostos é dividido pelo número de matrículas do censo educacional do ano anterior. (FERNANDES & FERNANDES, 2014).

Nessa perspectiva, a inclusão da educação básica criou uma série de ponderações para distribuição dos recursos, sendo assim, o valor aluno anual é diferenciado por etapas, modalidade, tipos de estabelecimento e inclusive por ensino

parcial e integral. Sendo assim, cada ano de vigência do Fundeb novas ponderações marcaram o repasse de recursos e ganharam importância com o novo fundo, pois redirecionam grande montante de recursos ao alterarem o peso relativo das matrículas; assim, as ponderações representam um instrumento de disputa que vai além da oferta de matrículas de cada ente federativo. (LIMONTI, PERES & CALDAS, 2014).

§ 1º A ponderação entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino adotará como referência o fator 1 (um) para os anos iniciais do ensino fundamental urbano, observado o disposto no § 1º do art. 32 desta Lei.

§ 2º A ponderação entre demais etapas, modalidades e tipos de estabelecimento será resultado da multiplicação do fator de referência por um fator específico fixado entre 0,70 (setenta centésimos) e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), observando-se, em qualquer hipótese, o limite previsto no art. 11 desta Lei. (BRASIL, 2007)

Tais fatores de ponderação juntamente com o número de matrículas na educação básica definem o valor anual a ser recebido pelos estados e municípios.

2. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO E REMUNERAÇÃO NO CONTEXTO DO FUNDEB E DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL

2.1. VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

A discussão sobre valorização se consolidou nas últimas décadas, a partir dos debates levantados pelos movimentos sociais organizados e pela intensificação da aprovação de diversos documentos e legislações nacionais, além da realização de estudos e pesquisas que passaram a influenciar as políticas públicas que tratam sobre a valorização desses profissionais que historicamente buscam melhorias nas condições educacionais, como melhores salários e planos de carreira para os profissionais da educação.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu artigo 206, inciso V, referente ao cenário no que diz respeito a valorização dos profissionais do magistério, determina que deva ser garantido aos profissionais, na forma da lei, planos de carreira para o

magistério público, piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público. (BRASIL, 1988). No entanto, tal artigo não estabelece um período para seu cumprimento, ficando a cargo dos estados e municípios a criação de uma lei complementar para esse determinado fim.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases para educação Nacional nº 9.394 (Brasil, 1996) reafirmava a CF/1988, através do artigo 67 que determina aos sistemas de ensino o dever de garantir aos profissionais da educação nos termos dos estatutos do magistério e dos planos de carreira o ingresso exclusivo por concurso público e provas de títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou na habilitação, e na avaliação e desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho e condições adequadas de trabalho. A LDB considera ainda, no artigo 70, como parte de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas destinadas à remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação. (BRASIL, 1996).

Dessa maneira, o financiamento da educação vincula-se à receita arrecadada com os impostos federais, estaduais e municipais. O art. 212 da CF/88 define que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento (18%), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento (25%), no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). (BRASIL, 1988).

A Emenda Constitucional (EC) nº 14 de 12 de setembro de 1996 determinou que sessenta por cento (60%) dos recursos de estados e municípios deve ser subvinculado para o ensino fundamental e também criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). (CAMARGO, 2009). A Emenda determina ainda:

§ 5º Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. (BRASIL. EC nº 14 de 12 de setembro de 1996).

O Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB) através da Lei 11.494/07. A valorização dos profissionais do magistério continuou sendo uma questão central da lei que especificou as responsabilidades de estados, municípios e Distrito Federal, determinando em seu artigo 40 que deverão ser implantados Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica. (BRASIL, 2007).

A Lei ainda definiu em seu artigo 41, o dia 31 de agosto de 2007 como limite para o poder público fixar em lei específica o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. (BRASIL, 2007).

2.2. REMUNERAÇÃO DOCENTE

Na remuneração docente do magistério público, é possível encontrar diferentes termos nas diferentes legislações dos entes federados. Cabendo primeiramente definir o que se entende por “salário”, “vencimento” e “remuneração”, para posteriormente compreender a remuneração docente.

Assim sendo, juridicamente nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) salário é definido como uma contribuição do empregador para o empregado paga de forma direta pelo trabalho realizado pelo empregado. Dessa forma, somente o montante pago pelo empregador a título de retribuição é considerado “salário”. (CAMARGO, 2009). O termo “vencimento” segundo a Constituição Federal Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, art. 40 é definido como “retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei”, a mesma lei (art. 41) define “remuneração” como o vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens permanentes definidas em lei. (BRASIL, 1990). Portanto, entende-se que “vencimento” é a retribuição determinada por Lei, que um servidor público ganha pela função que exerce. A “remuneração” é o valor total da retribuição do vencimento acrescido de demais bonificações, como auxílio alimentação e transporte, e avanços de carreira. A terminologia adotada nesta monografia, no qual os sujeitos são os professores de educação infantil e professores das séries iniciais do ensino fundamental público de Campo Magro, é remuneração. No magistério público, o docente inicia a carreira recebendo o vencimento inicial, que acrescido de vantagens chamará remuneração inicial. A terminologia do piso também será associada à

remuneração, e deve ser compreendida como valor mínimo pago como vencimento inicial aos professores.

Retornando as questões sobre as políticas de financiamento e remuneração no país, o primeiro marco histórico na legislação referente à remuneração surgiu com o Decreto-Lei Imperial promulgado por D. Pedro I, no dia 15 de outubro de 1827, do qual três dos dezessete artigos são voltados à remuneração docente. (BRASIL, 1827). Segundo Subirá apesar do grande feito do Imperador D. Pedro I sobre a remuneração, a ausência de mecanismos de regulação específica a respeito do cumprimento da lei, possibilitou diferenciadas remunerações aos docentes e assim evidenciou-se que os salários permaneciam baixos, mesmo após a lei. (SUBIRÁ, 2012).

No ano de 1932 o Manifesto dos Pioneiros propunha pensar na remuneração de forma nacional, independente do grau de ensino que o professor lecionasse e que a formação e a remuneração deveriam ser equivalentes, e tornar a profissão digna e valorizada. (SUBIRÁ, 2012).

A Constituição de 1934 pela primeira vez define a vinculação de recursos para a educação, e dedicou um Capítulo à educação, com dez artigos, quanto à remuneração dizia que deveria ser condigna, mas não estabelecia valores. Nesta mesma legislação a docência passa a ser considerada profissão (SUBIRÁ, 2012).

A Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, aprovada em 1961 garantia que a remuneração condigna aos professores era uma das condições que a lei especificava para o reconhecimento do estabelecimento de ensino, não fazendo diferenciação entre o privado e o público. Não especificou o conceito e o valor dos termos remuneração condigna (BRASIL, 1961).

No ano de 1971 com a Lei nº 5692 são contemplados aspectos ligados à formação inicial dos professores e das demais funções do magistério e fixava diretrizes em seus artigos relacionados à remuneração, habilitação mínima para a docência, o regime de trabalho, a forma de ingresso no magistério, o aperfeiçoamento, a criação de estatuto que estruture a carreira do magistério, e a fixação de remuneração. No entanto, ainda não vincula valor ou faixa salarial, porém é a primeira vez que desde o decreto Imperial que aparece na redação a preocupação com a fixação de remuneração dos professores. (BRASIL, 1971).

O termo fixar é tornar estável, fixo¹. E segundo Subirá (2012), “a lei menciona a fixação de remuneração, e no sentido literal da palavra, seria uma forma estável de indicar com exatidão a remuneração docente, mas a lei é lacunar ao não especificar o valor”.

O cenário a favor da remuneração e valorização do magistério começa a modificar na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Lei determina a criação de um piso salarial profissional, mas não indica valores e não prevê um período para o cumprimento da Lei, assim como o Decreto de Lei Imperial. (SUBIRÁ, 2012) Segundo a mesma autora, após a CF/88, quatro mecanismos legais se destacaram no cenário das políticas educacionais, vinculados à remuneração docente: a Ementa Constitucional nº 14/1996 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, a Ementa Constitucional nº 53/2006 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), e a Lei nº 11.738/2008.

As Emendas nº14 e nº53 criaram e regulamentaram os fundos de financiamento à educação, o FUNDEF e o FUNDEB, respectivamente, ambos atuam na lógica do financiamento da educação como mecanismo de redistribuição dos recursos disponíveis à educação dentro de cada estado da federação, e tem efeitos na remuneração docente por subvincularem sessenta por cento (60 %) do fundo para essa finalidade. (SUBIRÁ, 2012).

Segundo o FUNDEB, no art. 22:

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - Remuneração: o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes;

II - Profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração

¹ Segundo Dicio- Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>

escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica;
III - efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente. (BRASIL, 2007).

A subvinculação mínima de 60% de recursos do fundo à remuneração de todos profissionais do magistério conforme determina a lei, não corresponde à cobertura de remuneração de todos os trabalhadores da educação, ficando alguns à margem da valorização enquanto valor segundo Subirá (2012), excluídos, como trabalhadores de secretaria e outros do sistema escolar.

Dos mecanismos legais citados acima, somente a Lei nº 11.738/2008 fez menção à remuneração docente ao instituir o Piso Salarial Profissional Nacional, 181 anos após a primeira vinculação de valor à remuneração de professores em lei.

2.3. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL

A lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, criou o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), e estipulou que o prazo máximo para adequação do valor determinado como piso salarial dos profissionais do magistério público na educação básica, referente a plano de carreira e remuneração do piso era 31 de dezembro de 2009. Os artigos 2º e 6º estabeleceram o valor fixado em R\$950,00 mensais para uma jornada de 40 horas semanais, para formação em nível médio na modalidade Normal, formação mínima exigida para o exercício da docência conforme LDB. Aos docentes com jornada de trabalho diferenciada de 40 horas semanais, será calculado o valor da remuneração com a aplicação do mínimo proporcional da jornada de trabalho, tendo como referência a jornada de 40 horas semanais e remuneração correspondente ao valor fixado em lei. (BRASIL, 2008).

Segundo a jornada de trabalho, essa lei estabelece no artigo 2º, inciso 4º o limite máximo de dois terços da carga horária em atividade direta com os educandos, e um terço destinado para preparação de aulas e outras práticas pedagógicas referentes ao trabalho docente. (BRASIL, 2008). Referente ao artigo 2º, Camargo

(2009) prevê que tal dispositivo tem forte impacto nas redes municipais e estaduais, pois demanda contratação de novos profissionais; além dos impactos inegáveis para os inúmeros planos de carreira em curso (ou a serem construídos) no país.

O valor do piso deverá ser atualizado anualmente, no mês de janeiro, tendo por base de cálculo o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental. Esse mecanismo de reajuste remete-se ao Fundeb. De acordo com Camargo (2009) "Os vencimentos dos profissionais do magistério, seja em início ou final de carreira, deverão ser corrigidos proporcionalmente ao valor do PSPN".

Nos anos de 2008 e 2009, o valor do PSPN correspondia a R\$ 950,00, em valores nominais, e em 2010 a R\$ 1024,67. Esses valores do piso salarial docente, atualizados pelo INPC, correspondem à remuneração de R\$ 1056,08, em 2008, R\$ 1013,85, em 2009 e R\$ 1024,67, em 2010. (SUBIRÁ, 2012).

Alguns meses após a aprovação da lei do piso, os governadores dos estados do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Ceará, de São Paulo e de Minas Gerais entraram com o Ato Direto de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4167, contestando parcialmente a constitucionalidade da lei do piso em algumas disposições da lei. As inconstitucionalidades apresentadas foram em dispor sobre a jornada de trabalho; a retroação do valor estabelecido como piso salarial; a transformação do piso em vencimento inicial; a eficácia imediata da jornada de trabalho. (BRASIL, 2011). Os estados desejavam alterar o critério de reajuste do piso que leva em conta o aumento no valor gasto por aluno no FUNDEB. Os governadores defendiam um novo parâmetro que permita um menor impacto nas contas públicas, pois dessa maneira haveria um impacto no orçamento dos estados que poderia comprometer os demais serviços dos governos estaduais e municipais e inviabilizar investimentos. Os governadores questionavam ainda a retroação do valor estabelecido no piso e a transformação do piso em vencimento básico e argumentavam que a lei do piso interferia na autonomia dos entes federados previsto na Constituição Federal.

A redação do piso de ser transformado em vencimento inicial faria com que estados e municípios, pagassem o valor do piso nacional como vencimento, pois havia municípios pagavam o valor do piso como remuneração, acrescentando vantagens e gratificações. (SUBIRÁ, 2012). O ministro Joaquim Barbosa, relator do processo,

recomendou o indeferimento total, por entender como improcedentes os argumentos dos governadores, visto que não apresentaram dados concretos ao exposto como prejuízo financeiro (BRASIL, 2011). Já o Supremo Tribunal de Federal (STF) posicionou-se contrário ao relator. Considerando-se que até o julgamento final da ADI nº4167 o termo piso deveria ser compreendido por remuneração mínima de R\$950,00, seria retirada a especificação de dois terços da carga de trabalho que deveria ser em sala de aula, e mantinha a fixação de 40 horas semanais de trabalho.

No dia 06 de abril de 2011 o STF reconheceu a legalidade da lei do piso como remuneração inicial, assim como, sua constitucionalidade na íntegra. No entanto, a trajetória da promulgação da lei do piso nacional em esfera federal e a sua implantação nos estados e municípios refletem tensões das políticas educacionais em curso. A promulgação da lei não significa efetivação política. Nesse percurso de consolidação do piso, a luta dos trabalhadores demonstra ser ainda um mecanismo que auxilia a efetividade do cumprimento da lei. (SUBIRÁ, 2012).

A lei do PSPN recuperou a especificação do valor da remuneração dos docentes em lei nacional. Nos três mecanismos legais, Fundef, Fundeb e PSPN menciona-se o Plano de Carreira do Magistério, mecanismo fundamental aos profissionais da educação quanto à remuneração e demais especificações estabelecidas a partir das resoluções nº 3/97 e nº 2/2009, que fixam novas diretrizes para os planos de carreira e remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica no cenário nacional. Dessa maneira estados e municípios devem criar ou reformular os planos de carreira dos profissionais da Educação Básica de acordo com as recentes legislações. (CAMARGO, JACOMINI, p.159, 2011). Tal cenário nacional entrelaçará a relação com os municípios no que diz respeito às suas adequações. Sendo assim, o capítulo 3 mostrará como se configura a relação do município de Campo Magro com a remuneração docente no contexto do Fundeb e da Lei do PSPN.

3. O MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO - POTENCIALIDADES E LIMITES

Campo Magro foi criado através da Lei Estadual nº 11.221, de 11 de dezembro de 1995, na sede do antigo distrito de Campo Magro, com território desmembrado do município de Almirante Tamandaré. A instalação deu-se em 1º de janeiro de

1997. Está situado a noroeste da região metropolitana de Curitiba, tem como municípios limítrofes Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Campo Largo e Curitiba. Possui uma área de 263 km² – sendo 28 km² de área urbana e 230 km² área rural. A população concentra -se ao sul do município, próximo a Curitiba e estende-se ao longo da PR – 090 – Estrada do Cerne. A estimativa populacional é de 25.517 habitantes, segundo dados do IPARDES, fonte IBGE (2015).

O principal setor econômico é a agricultura, caracterizando-se como de produção familiar. As principais culturas trabalhadas são feijão, milho, batata, frutas e hortaliças. A criação de animais é outra atividade forte em Campo Magro, destacando-se a criação de bovinocultura, suinocultura e piscicultura. Quanto às unidades artesanais, pode-se citar a produção de vinhos, doces, compotas, pastas e molhos, sucos, queijos e derivados do leite e embutidos. Além disso, destaca-se nacionalmente na produção de móveis em fibras naturais e sintéticas. O ramo de Turismo Rural, com seus empreendimentos, também está ganhando força e destaque. O setor de serviços representa a maior atividade produtiva segundo dados do IBGE, 2004-2008, como mostra o gráfico 1.

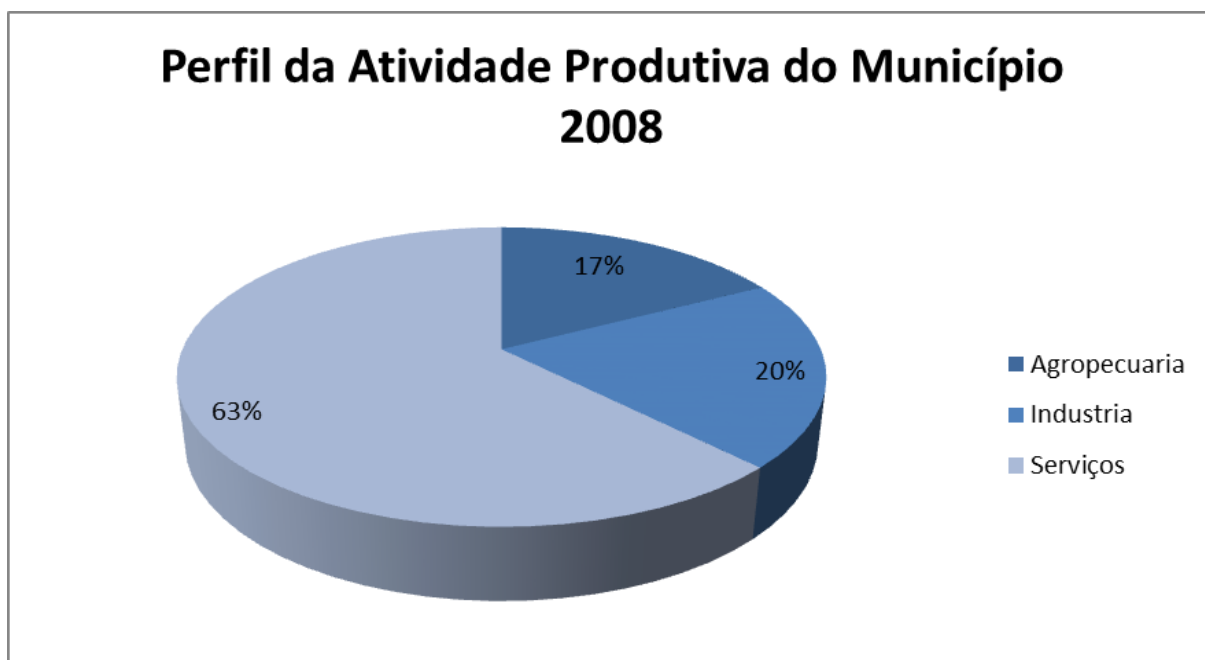


Gráfico 1: Perfil da Atividade Produtiva do Município de Campo Magro, ano 2008.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Produto Interno Bruto do Município 2004-2008.

No ano de 2010, com base nos dados do IBGE o município manteve-se no grupo composto pelos municípios com nível de riqueza baixo. Os indicadores sociais do município mostram um índice IDH-m de 0,701, e o coeficiente de Gini, que mede desigualdade de distribuição de renda, é de 0,37. Tais dados revelam que embora seja um município pobre, apresenta um índice de desigualdade baixo. Seu PIB per capita do ano de 2012 é de 9.473 (IBGE, IPARDES).

No ano de 2014 segundo dados do Tribunal de Contas o município de Campo Magro teve um total de arrecadação de R\$ 38.463.895,83 (valores nominais). Deste total, 11,5% são impostos próprios R\$ 4.435.010,90 (valores nominais) e o restante R\$ 34.028.884,93 (valores nominais) que representam 88,5% da receita total são provenientes de transferências. Assim é evidente que o município depende em grande parte das receitas de transferências.

O número de alunos da rede no mesmo ano totalizou 3.026 alunos matriculados, incluindo alunos matriculados na creche, pré-escola, anos iniciais do ensino fundamental, EJA presencial fundamental I e educação especial. (MEC/ INEP). Gerando um gasto aluno/ano médio no valor de R\$ 3.177,78.

O total de receitas destinadas ao FUNDEB gerado pelo total das receitas foi de 106,65% em relação à previsão orçamentária. No entanto, o município recebeu de transferências o percentual de 130,44% do que havia previsto no orçamento. Ainda assim teve um ganho de recursos do FUNDEB de 23,79% das receitas de outros municípios ou estado.

A rede municipal de ensino possui nove escolas de pré-escola e séries iniciais do ensino fundamental, e quatro centros de educação infantil que atendem do berçário à pré-escola. Conta com 150 professores nas séries iniciais do ensino fundamental e 53 professores de educação infantil concursados, segundo a Secretaria de Educação de Campo Magro.

3.1. AS DESPESAS EM EDUCAÇÃO EM CAMPO MAGRO E OS RECURSOS DO FUNDEB NOS ANOS DE 2007 A 2014

Para análise das receitas do município sobre a população a coleta de dados foi feita na base de dados do IBGE, através dos censos populacionais de 2010 e 2015.

	2010 (hab)	2015 (hab)	Taxa de Crescimento Acumulado (%)
Campo Magro	24.843	25.517	12%

Tabela 1 – Demografia e taxa de crescimento acumulado no município de Campo Magro. Fonte: IBGE (2010,2015). Elaborada pela autora.

Sendo assim, foi possível verificar com base nos dados do censo populacional na tabela 1 que o município de Campo Magro apresentou uma taxa de crescimento acumulado entre os anos de 2010 e 2015 de 12 % (doze por cento).

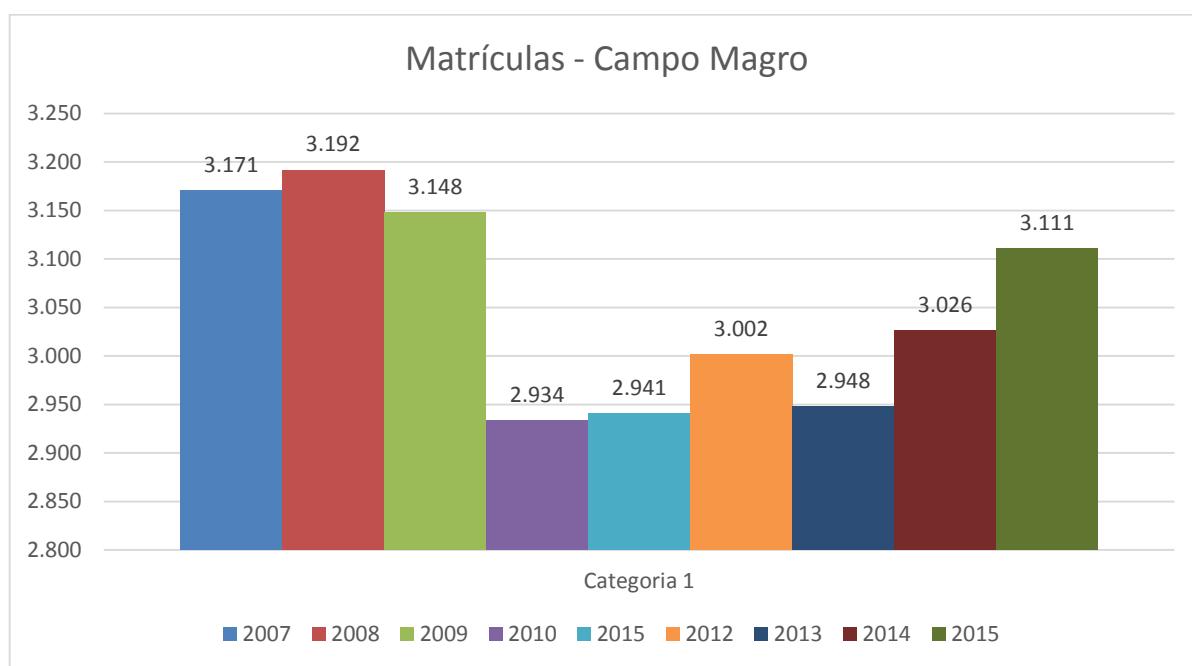


Gráfico 2 – Movimento de Matrículas da Rede Municipal de Ensino de Campo Magro no período entre 2007 e 2015. Fonte INEP/MEC. Elaborada pela autora.

O gráfico 2 reflete um movimento inconstante referente as matrículas no período pesquisado. Sempre com períodos de oscilação crescentes e decrescentes. O ano de 2008 posterior a implantação do Fundeb percebe-se um movimento crescente nas matrículas, o que caracteriza a municipalização ocorrida no neste período. No entanto, nos anos de 2009-2010 ocorreu o maior decréscimo nas matrículas cujo percentual foi de aproximadamente 7% (sete por cento). Apresentando uma elevação de aproximadamente 6 % (seis por cento) no percentual de crescimento

nos anos entre 2010 e 2015, menor do que o maior decréscimo apresentado no gráfico. A tabela 1 e o gráfico 2 refletem esse crescimento nas matrículas no ano de 2015 com a elevação da taxa de crescimento acumulado no período.

Quanto aos gastos em MDE houve a coleta de dados obtidos no site do FNDE, através do Relatório Municipal do SIOPE, seguindo os anos analisados na pesquisa.

Gasto em MDE – Campo Magro	
Ano	Valor/ INPC (R\$)
2007	11.012.964,64
2008	13.182.762,79
2009	9.855.189,53
2010	11.497.317,99
2011	12.268.814,35
2012	12.736.451,62
2013	13.139.688,62
2014	13.850.159,85
2014	14.688.664,44

Tabela 2 – Gasto em MDE na Rede Municipal de Ensino de Campo Magro nos anos entre 2007-2015, em valores reais corrigidos pelo INPC (DEZ/2015). Fonte: FNDE (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015)

O gasto em MDE nos anos apresentados na pesquisa tiveram uma taxa de elevação de 25%, no entanto, o número de habitantes cresceu 12 % (doze por cento) e as matrículas neste mesmo período tiveram um decréscimo de 1,92 %, o que demonstra uma certa precariedade na rede de ensino do município e seu atendimento.

A seguir realizou-se uma análise sobre o movimento dos Recursos do Fundeb no município nos anos de 2008 ano subsequente a implantação do fundo, 2009 e 2013 mudança nas tabelas de vencimento do município.

O movimento no gráfico 3 mostra que o município obteve um total destinado ao fundo menor que o valor recebido. Demonstrando um ganho de recursos do Fundeb em todos os anos analisados. O que pode ter relação com o aumento do gasto em MDE no município.

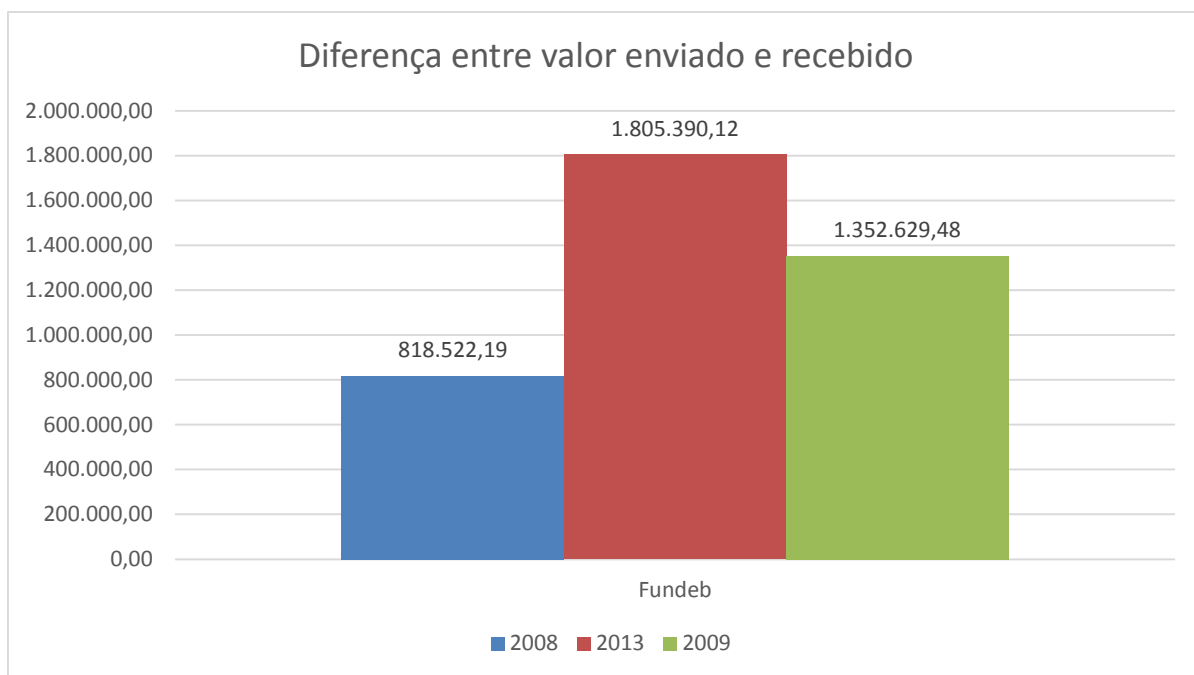


Gráfico 3 – Movimento dos Recursos do Fundeb no município de Campo Magro. Fonte: Campo Magro (2008, 2009 e 2013). Elaborado pela autora.

3.2. PLANOS DE CARREIRA NOS ESTATUTOS

Os planos de carreira analisados neste tópico partem do ano de 2007, no entanto, no município de Campo Magro o estatuto só foi modificado no ano de 2009, como será visto a seguir, e posteriormente foi reformulado em 2013.

No ano de 2009 o Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação do município de Campo Magro foram definidos na Lei municipal nº. 540/2009. Tal lei significou um avanço para a valorização dos professores municipais. Um dos avanços foi a instituição de uma Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Profissional da Educação Municipal, objetivando orientar a implantação e operacionalização do Plano de Carreira.

No que diz respeito os planos de carreira o Estatuto define no art. 4º que a estruturação da carreira do profissional da Educação Pública do Município de Campo Magro compreende os cargos de Professor e de Educador Infantil. Para ingresso na carreira para os cargos de Professor e Educador Infantil a exigência é concurso público de provas e títulos. No concurso público para ingresso no cargo de Educador Infantil será exigida formação mínima de nível Médio, na modalidade normal. Para ingresso no cargo de Professor a habilitação mínima exigida será curso de licenciatura

plena em Pedagogia, com habilitação para o magistério das Séries / Anos Iniciais do ensino Fundamental; Curso Normal Superior; curso de Licenciatura Plena em uma das áreas do conhecimento da Educação Básica, precedido de formação de Magistério de nível médio, na modalidade Normal ou Médio ou ainda curso Superior complementado com Licenciatura Plena e com Magistério de nível Médio.

O Estatuto inclui os artigos referentes à forma das vagas que os profissionais concursados assumem, Vaga Fixa (VF) que é a concessão da administração para que o Profissional da Educação lotado na SEDUC, preste serviço em determinada unidade da Rede Municipal de Ensino, obedecida a ordem de classificação em concurso de remanejamento, Vaga Transitória (VT) é a concessão da administração para que o Profissional da Educação, detentor de vaga fixa em unidade administrativa da SEDUC preste serviço a convite, em exercício de Função Gratificada, Cargo em Comissão ou Cargo Eletivo da Secretaria Municipal da Educação ou em outra unidade administrativa da SEDUC, Vaga Substituta (VS) é a concessão da administração para que o Profissional da Educação, lotado na SEDUC, substitua o detentor da vaga fixa (VF) ou vaga transitória (VT), conforme o artigo anterior ou afastamento igual/superior a 120 (cento e vinte) dias concedido na forma da legislação, obedecidos todos os requisitos do remanejamento por classificação, Vaga Provisória (VP) é a concessão da administração para que o Profissional da Educação, lotado na SEDUC, ocupe vaga em qualquer das instituições no período de cumprimento do estágio probatório ou a pedido do servidor, enquanto aguarda vaga fixa (VF) na instituição no decorrer do ano letivo. (CAMPO MAGRO, 2009).

A composição do plano de carreira é constituída do cargo, nível e classe. Cargo é “o centro unitário e indispensável de competências e atribuições, criado por lei, com denominação própria e em número certo, pago pelo poder Público. ” (CAMPO MAGRO, 2009). Nível é o agrupamento de cargos que estruturam a carreira, atribuições e responsabilidades, distribuída pela habilitação do titular do cargo. Para o cargo de Professor são atribuídos três níveis NEP que representa o nível em extinção formado por professores com habilitação inferior à exigida para o início da carreira; NSP é o nível superior de acordo com a formação exigida em legislação específica para a carreira do magistério e NPP que é o nível pós-graduação com formação exigida em legislação específica para a carreira do magistério.

Para os profissionais de educação infantil foram atribuídos 4 (quatro) níveis, NE (nível em extinção formado por profissionais com habilitação em nível médio); NM (Nível com habilitação em nível médio, na modalidade magistério); NS (Nível Superior de acordo com a formação exigida em legislação específica para a carreira do magistério) e NP (Nível Pós-Graduação com formação exigida em legislação específica para a carreira do magistério).

A classe na tabela de vencimentos é determinada pela posição identificada por letras em ordem crescente de A a L, correspondente ao acréscimo horizontal, dentro de cada nível. O artigo 36 determina que o professor e o educador infantil que se encontrar em estágio probatório na data da entrada em vigor do decreto de enquadramento, será posicionado na classe A, do primeiro nível da tabela, tendo avanço imediato para a classe B ao concluir o estágio probatório. Cada Nível é composto por 12 (doze) classes, com acréscimo de 3% (três por cento) de uma classe para outra, na linha do avanço horizontal, ofertado no interstício de vinte e quatro meses de efetivo exercício em funções do magistério, podendo o profissional avançar até duas classes mediante avaliação de títulos e desempenho, entre outros critérios determinados em regulamento próprio. (CAMPO MAGRO, art. 49, 2009).

A progressão na carreira se dará de forma vertical e horizontal. O crescimento vertical ocorrerá nos meses de fevereiro e agosto, para avanços do professor e do educador infantil de um nível para outro dentro da mesma classe de atuação, com salário atualizado no mês subsequente. O percentual de acréscimo para os professores e educadores infantis será apresentado na tabela 3.

Professores	Educadores Infantis
I- 35% entre os níveis NEP e NSP	I- 30% entre os níveis NE e NM
II- 10% entre os níveis NSP e NPP	II- 35% entre os níveis NM e NS
	III- 10% entre os níveis NS e NP

Tabela 3- Tabela de percentual de acréscimo vertical (níveis) a serem concedidos após a análise e verificação da regularidade da documentação exigida para avanço.

Com este desenho da carreira um professor do ensino fundamental e o profissional de educação infantil levarão de 12 a 24 anos para chegar ao final da carreira.

A remuneração definida pelo artigo 67 da lei determina que corresponda ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontrem o professor e o educador infantil, conforme a tabela de vencimentos com acréscimo das vantagens a que fizer jus. O vencimento básico é o fixado para o nível e classe de enquadramento, e todos os acréscimos a que tiver direito com exceção da função gratificada, serão calculados sobre o vencimento básico do nível e classe em que se encontram. (CAMPO MAGRO, 2009).

O artigo 68 estabelece a aplicação dos seguintes coeficientes sobre o valor do vencimento básico da carreira referente às classes da Carreira do Profissional da Educação: “É fixado em \$566,42 (quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos) o valor do vencimento básico do cargo do professor, para uma jornada de 20 (vinte) horas semanais. E o valor de R\$ 1132,85 (um mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos) o valor do vencimento básico do cargo de Educador Infantil, para uma jornada de 40 horas semanais. ” (CAMPO MAGRO, 2009). As jornadas de trabalho acima descritas são diferentes, no entanto, são equivalentes, ou seja, a jornada de 20 horas semanais equivale ao valor da metade do valor da jornada de trabalho de 40 horas semanais. Ao que se refere a lei do PSPN, o vencimento básico pago para a jornada de 40 horas semanais aos educadores infantis está acima do valor mínimo fixado em lei para os anos de 2008 e 2009 que era de R\$ 950,00. (BRASIL, 2008)

A seguir a tabela 4 apresenta os coeficientes sobre o valor do vencimento básico da carreira.

Classe 1= 1,00	Classe 2= 1,03	Classe 3= 1,06
Classe 4= 1,09	Classe 5= 1,13	Classe 6= 1,16
Classe 7= 1,19	Classe 8= 1,23	Classe 9= 1,27
Classe 10= 1,30	Classe 11= 1,34	Classe 12= 1,38

Tabela 4 – Coeficientes sobre o valor básico da Carreira dos professores do Município de Campo Magro. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei complementar nº 540/2009.

O valor dos vencimentos que correspondem aos níveis da Carreira do Profissional da Educação será obtido através da aplicação dos coeficientes seguintes ao vencimento de cada classe:

- I- Do cargo de Professor:
- | | |
|----------------|------|
| Nível EP ----- | 1,00 |
| Nível SP ----- | 1,35 |
| Nível PP ----- | 1,49 |
- II- Do cargo de Educador Infantil:
- | | |
|---------------|------|
| Nível E ----- | 0,70 |
| Nível M ----- | 1,00 |
| Nível S ----- | 1,35 |
| Nível P ----- | 1,49 |

É possível compreender que o profissional da educação ao final de 24 anos tem a possibilidade de chegar ao final da tabela de vencimentos, ou em 12 anos caso avance duas classes por vez a cada dois anos. No entanto, um problema encontrado é que o estatuto não define quais são os critérios de avaliação de títulos e desempenhos para a progressão na carreira no crescimento horizontal, ficando a encargo de uma regulamentação própria para este fim, que a cada ano em que há um avanço horizontal segue uma determinação. Porém esta regulamentação própria não especifica quais são os critérios e títulos a serem utilizados e como mudam a cada data de progressão, dificulta aos Profissionais de Educação saber quais serão os critérios e quantidades de títulos necessários para avanço, sendo muito difícil avançar duas classes por vez. Na questão da progressão vertical o profissional pode avançar um nível a cada seis meses.

O período reservado na carga horária de trabalho do Profissional de Educação para estudos, planejamento e avaliação (hora-atividade) é de 1/5 da carga horária. Contrariando a lei do piso que determina 1/3 da carga horária de trabalho para este fim.

Aos Profissionais da Educação além do vencimento inicial farão jus à percepção de vantagens pecuniárias: I- gratificações; II – Adicional por tempo de

serviço; III – Adicional pelo exercício de docência na Educação Especial; IV- Indenização de transporte; V- vale alimentação; VI - plano odontológico e de saúde. (CAMPO MAGRO, 2009). Porém, no ano de 2009 com a entrada do Prefeito José Antônio Pase do Partido da Mobilização Nacional (PMN), coligação Ação E Renovação (PSDB / PDT / PV / PT do B / PMN / PT), tendo como secretária Municipal de Educação a professora Francisca da Luz Kotovski Manfron , os profissionais deixaram de receber o vale alimentação no valor de R\$ 60,00 garantidos pelo estatuto, somente no ano de 2013 com a entrada do prefeito Louvanir Joãozinho Menegusso do Partido Democratas (DEM), coligação Cuidar de Campo Magro (DEM / PDT / PPS / PRP), e da secretária municipal de educação Ivone Cecília Olinik Girardi tal vantagem voltou a ser paga aos funcionários, no entanto, não houve nenhum reajuste no valor, o que permanece até atualmente no valor de R\$ 60,00, que corrigidos pelo INPC deveria ser de R\$ 85,26.

Quanto aos recursos, o município aplica 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do FUNDEB para a remuneração dos Profissionais da Educação em efetivo exercício do magistério, e as despesas decorrentes da aplicação da lei do FUNDEB correrão à conta dos recursos consignados no orçamento municipal. (CAMPO MAGRO, art. 76 e art.77, 2009).

O estatuto ainda define, no art. 79 que anualmente, a Secretaria de Educação juntamente com a Comissão de Gestão do Plano de Cargos e Salários dos Profissionais da Educação, fará no primeiro semestre de cada ano estudos de viabilidade econômica e impacto financeiro, verificando a possibilidade de reajuste salarial para os profissionais do magistério. (CAMPO MAGRO, 2009). Para tanto, devem fazer o reajuste salarial anual como determina a Lei do PSPN.

Quanto a Comissão de Gestão do Plano de Cargos e Salários efetivamente ocorrem reuniões para discussão do estatuto de cargos e salários; e estudos sobre os impactos financeiros e sobre a viabilidade dos reajustes anuais, no entanto, os responsáveis da secretaria de educação apenas repassam valores e impõem suas determinações sem que a comissão de fato possa modificar algo, como ocorreu na mudança do Estatuto para 2013 que foi encaminhado à Câmara de vereadores para aprovação sem consulta à comissão de gestão.

A lei Municipal nº 827/2013 dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério do município de Campo Magro e

revoga a lei nº 540/2009, esta lei manteve a existência da Comissão de Gestão do Plano de carreira, porém tal comissão não realiza reuniões desde o ano de 2013 antes da alteração para esta lei. Algumas alterações ocorreram na redação da lei. A estruturação da carreira dos profissionais do magistério do município de Campo Magro modificou a nomenclatura dos Educadores Infantis que passaram a ser nomeados como Professores de Educação Infantil, tal cargo é exclusivo para aqueles com formação mínima de nível médio, na modalidade Normal. (CAMPO MAGRO, 2013).

O período reservado na carga horária de trabalho do Profissional da Educação segundo o documento para estudos, planejamento e avaliação (hora-atividade), é de 1/5 da carga horária, com expansão gradativa do período obedecendo ao Parecer 18/2012 do CNE/CEB. No ano de 2015, somente 2/3 da carga horária relativa a hora-atividade estava sendo cumprida, para obedecer a lei na íntegra o restante da hora-atividade foi convertida em dinheiro no valor de R\$ 160,00 fixado aos Professores do Ensino Fundamental e Professores de Educação Infantil para cumprir a lei do PSPN que determina 1/3 da carga horária destinada ao planejamento fora de sala de aula, no entanto, a carga horária para planejamento em cada estabelecimento de ensino difere conforme o corpo docente disponível. Outra modificação ocorreu na estruturação da carreira dos Professores e Professores de Educação Infantil, como consta nas tabelas 5 e 6. Porém, a tabela de vencimentos para os profissionais do ensino fundamental inicia com a formação em nível de magistério modalidade normal, no entanto, este nível está extinto, e os profissionais ao realizar o concurso de provas e títulos devem ter como habilitação mínima para cargo o curso de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação para o magistério das Séries / Anos Iniciais do ensino Fundamental; Curso Normal Superior; curso de Licenciatura Plena em uma das áreas do conhecimento da Educação Básica, precedido de formação de Magistério de nível médio, na modalidade Normal ou Médio ou ainda curso Superior complementado com Licenciatura Plena e com Magistério de nível Médio.

Professores – 2009	Professores – 2013
NEP – Nível em extinção	NM – Nível Magistério
NSP – Nível Superior	NS – Nível Superior
NPP – Nível Pós-Graduação	NP – Nível Pós-Graduação

Tabela 5 - Estruturação na carreira dos Professores nos anos de 2009 e 2013. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 540/2009 e nº 827/2013.

Professores de Educação Infantil – 2009	Professores de Educação Infantil – 2013
NE – Nível em extinção	NM – Nível Médio
NM – Nível Médio	NS – Nível Superior
NS – Nível Superior	NP – Nível Pós- Graduação
NP – Nível Pós- Graduação	

Tabela 6 - Estruturação na carreira dos Professores de Educação Infantil nos anos de 2009 e 2013. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 540/2009 e nº 827/2013.

A classe segundo o art. 47 da lei é determinada pela posição identificada por números em ordem crescente de 1 a 15, correspondendo ao crescimento horizontal, dentro de cada nível, com acréscimo de 3% sobre a classe inicial e consecutivamente de uma classe para outra, observado o interstício de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício em funções de magistério, podendo avançar até 2 (duas) classes mediante avaliação de títulos e desempenhos, entre outros critérios determinados em regulamento próprio. (CAMPO MAGRO, 2013). Tal artigo representa um retrocesso na questão da valorização profissional, pois torna-se impossível aos profissionais de educação que ingressarem na carreira a partir da data desta lei chegarem ao final da tabela nos 25 anos efetivamente em sala de aula para aposentadoria, pois como existe uma regulamentação própria para apresentação dos títulos, somente no ano de sua apresentação, é muito difícil que os profissionais avancem duas classes a cada três anos, então, chegam somente na classe 9 no final da carreira.

O crescimento vertical permite o avanço na carreira a todos os Profissionais do Magistério, e se dá mediante apresentação de titulação de habilitação nos meses de fevereiro e agosto, com o salário atualizado no mês subsequente. O percentual de acréscimo, para os profissionais da educação constam nas tabelas 7

Professores e Professores de Educação Infantil	
Descrição	%
Do nível NM para o Nível NS	22,7280
Do nível NS para o nível NP	10,3698

Tabela 7 – Percentual de acréscimo para o crescimento vertical de Professores e Professores de Educação Infantil. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 827/2013.

O artigo 65 do Estatuto estabelece quanto aos vencimentos dos profissionais do Magistério que correspondem ao vencimento relativo à classe e ao nível em que se encontrem, e os acréscimos pecuniários que tiverem direito os profissionais, serão calculados sobre o vencimento básico do nível e classe em que se encontrem. No artigo 66 estão determinados os valores fixados como vencimento básico na data de publicação desta lei.

§ 1º - É fixado em R\$ 861,89 o valor do vencimento básico do cargo do Professor, para uma jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - É fixado em R\$ 1.723,78 o valor do vencimento básico do cargo de Professor de Educação Infantil, para uma (CAMPO MAGRO, 2013).

Nos anos que compreenderam a Lei nº 540/2009 de 2009 a 2012, a tabela 8 aponta alguns itens importantes destacados na lei, como instituição da comissão de Gestão do Plano de Carreira que tinha o intuito de estudar o Estatuto e sempre que necessário adequá-lo a favor dos profissionais de educação, como atualização da tabela salarial e adequação ao PSPN.

Lei nº 540/2009	Lei nº 827/2013
Instituição da Comissão de Gestão do Plano de Carreira	Instituição da Comissão de Gestão do Plano de Carreira- (inativa)
1/5 hora-atividade	1/5 hora-atividade (Lei PSPN – 1/3)
Cargo Professor três níveis – NEP, NSP e NPP	Cargo do Professor três níveis – NM, NS e NP.

Cargo Educador Infantil - quatro níveis – NE, NM, NS e NP	Cargo Professor de Educação Infantil - três níveis – NM, NS e NP
12 classes – A a L com acréscimo de 3% a cada 2 anos – Crescimento horizontal	15 classes – 1 a 15 com acréscimo de 3% a cada 3 anos – Crescimento horizontal
Crescimento vertical Professor- fevereiro e agosto 35% - entre os níveis NEP e NSP 10% - entre os níveis NSP e NPP	Crescimento vertical Professor- fevereiro e agosto 22,7280% - entre os níveis NM e NS 10,3698% - entre os níveis NS e NP
Crescimento vertical Educador Infantil- fevereiro e agosto 30% - entre os níveis NE e NM 35% - entre os níveis NM e NS 10% - entre os níveis NS e NP	Crescimento vertical Professor de Educação Infantil- fevereiro e agosto 22,7280% - entre os níveis NM e NS 10,3698% - entre os níveis NS e NP

Tabela 8 – Mudanças encontradas nos Estatutos de Planos de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais do Magistério do município de Campo Magro. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 540/2009 e nº 827/2013. Elaborada pela autora.

É possível observar ainda que a Lei nº 827/2013, procurou ao que diz respeito ao vencimento respeitar a lei do PSPN, no entanto, as demais mudanças ocorridas não favorecem os profissionais, como a redução do percentual de acréscimo para elevação de níveis, e o tempo de três anos para elevação de classe, diminuindo assim as chances dos Profissionais do Magistério do município que ingressaram na carreira a partir do ano de 2013 chegarem ao final da tabela, nos 25 anos para aposentadoria.

3.3. AS CONDIÇÕES DE VENCIMENTO DOS PROFESSORES EM CAMPO MAGRO

A partir do debate sobre os Estatutos e Planos de Cargos e Salários do Profissional da Educação do município de Campo Magro passarei a analisar as condições de vencimento dos professores deste município.

Nas carreiras do Profissional de Educação segundo o artigo 40 os cargos são agrupados em níveis de acordo com a titulação acadêmica exigida pela legislação

vigente e dividida em dois grupos, do quadro especial, em extinção e do quadro permanente que segundo o Estatuto caracterizam:

§ 1º - O quadro especial, em extinção, restrito ao cargo de professor, Nível EP (NEP) é constituído de níveis em que a habilitação não está mais contemplada na legislação vigente ou é inferior à escolaridade mínima prevista para os titulares de cargos do quadro permanente.

§ 2º - O quadro especial, em extinção, restrito ao cargo de Educador Infantil, Nível E (NE), é constituído de nível em que a habilitação não está mais contemplada na legislação vigente ou é inferior à escolaridade mínima prevista para os titulares de cargos do quadro permanente. (CAMPO MAGRO, 2009)

A tabela 9 representa a tabela de vencimentos do cargo dos Professores das séries/Anos iniciais do Ensino Fundamental referente ao ano de 2009, e determina que cada nível é composto de 12 (doze) classes denominadas pelas letras de A a L com acréscimo de 3% de uma classe para outra, que constitui a linha de progressão horizontal na carreira do professor. Os níveis são considerados na primeira coluna, e significam o avanço vertical na carreira. Para os professores são atribuídos 3 (três) níveis, o Nível em Extinção (NEP), formado por professores com habilitação inferior à exigida para início de carreira; Nível Superior (NSP) de acordo com a formação exigida pelo Estatuto de Cargos e Salários já citada anteriormente; e o Nível de Pós-Graduação (NPP).

Anexo IV – Lei Municipal nº 540/2009												
Tabela de Vencimentos – Cargo – Professor – 20 horas semanais												
Classes Níveis	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
NEP	566,42	583,41	600,91	618,94	637,51	656,64	676,34	696,63	717,52	739,05	761,22	784,06
NSP	764,67	787,61	811,24	835,57	860,64	886,46	913,05	940,44	968,66	997,72	1027,65	1058,48
NPP	841,13	866,37	892,36	919,13	946,70	975,10	1004,36	1034,49	1065,52	1097,49	1130,41	1164,33

Tabela 9 – Tabela de vencimentos do cargo dos Profissionais do Magistério- Município de Campo Magro- Ano 2009. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 540/2009.

O crescimento vertical na tabela se dá mediante apresentação de documentação comprobatória de titulação de habilitação exigida, nos meses de fevereiro e agosto, através de critério exclusivo da formação escolar para elevação ao Nível Superior (NSP) ou para o Nível de Pós-Graduação (NPP). Não podendo o profissional elevar dois níveis de uma só vez. (CAMPO MAGRO, 2009.) O percentual de acréscimo descrito na tabela é de 35% (trinta e cinco por cento) entre os níveis NEP e NSP e de 10% (dez por cento) entre os níveis NSP e NPP.

O Professor das Séries iniciais em Campo Magro, necessitará de 12 a 24 anos para chegar ao final da tabela, caso consiga obter os títulos necessários para progressão. A cada ano que acontece o avanço, há uma determinação própria para a elevação, podendo o profissional avançar uma ou duas casas anualmente ou bienalmente.

Anexo VII – Lei Municipal nº 540/2009												
Tabela de Vencimentos – Cargo – Educador Infantil – 40 horas semanais												
Classes Níveis	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
NE	792,99	816,78	841,29	866,52	892,52	919,30	946,88	975,28	1004,54	1034,68	1065,72	1097,69
NM	1132,85	1166,83	1201,84	1237,89	1275,03	1313,28	1352,68	1393,26	1435,06	1478,11	1522,45	1568,13
NS	1529,34	1575,22	1622,48	1671,16	1721,29	1772,93	1826,12	1880,90	1937,33	1995,45	2055,31	2116,97
NP	1682,28	1732,75	1784,73	1838,27	1893,42	1950,22	2008,73	2068,99	2131,06	2194,99	2260,84	2328,67

Tabela 10 – Tabela de vencimentos do cargo de Educador Infantil- Município de Campo Magro- Ano 2009. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 540/2009.

A tabela 10 representa a tabela de vencimentos dos Educadores Infantis de Campo Magro com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Assim como na carreira dos professores a tabela dos educadores infantis é constituída por 12 classes denominadas pelas letras A a L, com acréscimo de 3% de uma classe para outra, que constitui a linha de progressão horizontal na carreira. Os níveis são considerados na primeira coluna, e significam o avanço vertical na carreira. Para os educadores infantis são atribuídos 4 (quatro) níveis o Nível E (NE) com formação inferior a mínima exigida em legislação, o Nível M (NM) integrado pelos profissionais com formação em Magistério em Nível médio na modalidade Normal ou equivalente; Nível S (NS)

integrado por profissionais com curso de nível superior e o Nível P (NP) que é integrado pelos profissionais com curso Superior acrescido do curso de pós graduação *lato sensu* voltado para a Educação Básica, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas. O percentual de acréscimo para os profissionais educadores é de 30 % (trinta por cento) entre os Níveis NE e NM; 35% (trinta e cinco por cento) entre os níveis NM e NS; 10 % (dez por cento) entre os Níveis NS e NP. No entanto, ao calcular os percentuais acima descritos os valores do nível NE para o Nível NM estão acima do valor correspondente ao percentual de 30%, que deveria ser de R\$1030,88, impactando dessa forma em todas as classes dos níveis NM, NS e NP.

Assim como o professor das séries iniciais do ensino fundamental, os educadores levarão de 12 a 24 anos para chegar ao final da tabela.

O valor dos vencimentos iniciais para os profissionais Educadores em Campo Magro em qualquer nível permanente da tabela está de acordo com a determinação da Lei do PSPN, que determinou o valor mínimo de R\$ 950,00 para jornada de 40 horas semanais. No entanto, a Lei não foi obedecida na íntegra quanto aos demais aspectos em que determinava, como a carga horária para hora atividade e reajuste salarial no mês de janeiro de cada ano.

Anexo IV – Lei Municipal nº 827/2013															
Tabela de Vencimentos – Cargo – Professor – 20 horas semanais															
Classes Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
NM	861,89	887,75	914,38	941,81	970,06	999,17	1029,14	1060,02	1091,82	1124,57	1158,31	1193,06	1228,85	1265,71	1303,69
NS	1057,78	1089,51	1122,20	1155,86	1190,54	1226,26	1263,04	1300,94	1339,96	1380,16	1421,57	1464,21	1508,14	1553,39	1599,99
NP	1167,47	1202,49	1238,57	1275,73	1314,00	1353,42	1394,02	1435,84	1478,92	1523,28	1568,98	1616,05	1664,53	1714,47	1765,90

Tabela 11– Tabela de vencimentos do cargo de professor- Município de Campo Magro- Ano 2013. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 827/2013.

Anexo VII – Lei Municipal nº 827/2013															
Tabela de Vencimentos – Cargo – Professor de Educação Infantil – 40 horas semanais															
Classes Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
NM	1723,78	1775,49	1828,76	1883,62	1940,13	1998,33	2058,28	2120,03	2183,63	2249,14	2316,62	2386,11	2457,70	2531,43	2607,37
NS	2115,56	2179,03	2244,40	2311,73	2381,08	2452,51	2526,09	2601,87	2679,93	2760,33	2843,14	2928,43	3016,28	3016,77	3199,97
NP	2334,94	2404,99	2477,14	2551,45	2628,00	2706,84	2788,04	2871,68	2957,83	3046,57	3137,96	3232,10	3329,07	3428,94	3531,81

Tabela 12– Tabela de vencimentos do cargo de professor de Educação Infantil- Município de Campo Magro- Ano 2013. Fonte: Estatuto e Planos de cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. Lei Municipal nº 827/2013.

As tabelas 11 e 12 representam a carreira dos professores das séries iniciais do ensino fundamental e dos professores de Educação Infantil municipal, as tabelas destacam a necessidade de atender aqueles profissionais que chegavam no final da carreira conforme a lei anterior², e não tinham tempo para aposentadoria, dessa forma ficando sem progressões. Assim, foram acrescentadas mais 3 (três) classes para o crescimento horizontal. No entanto, essa foi a única mudança positiva, pois o tempo para crescimento horizontal aumentou de cada 2 (dois) anos para 3(três). E o Percentual de aumento para o crescimento vertical diminuiu, como citado no item anterior. Dessa maneira, os Professores das séries iniciais e os professores de Educação Infantil levarão cerca de 45 anos para chegar ao final da tabela, visto que a cada avanço horizontal não há uma lei específica para determinar a quantidade de horas em cursos que devem ser apresentadas, ficando a encargo de uma lei complementar feita nos anos de progressão, sendo assim os profissionais dificilmente conseguem avançar mais de uma classe a cada 3 anos.

Outra questão relevante apresentada na tabela 9 é o nível inicial da carreira que é representado pelo magistério nível médio (NM), no entanto, os tais profissionais somente iniciam na carreira no nível Superior (NS) conforme artigo 7º da Lei nº827/2013.

No concurso público para ingresso no cargo de Professor a habilitação mínima exigida será:
I – curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação para o magistério das Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou
II – curso Normal Superior ou

² Possibilitava aos profissionais chegarem ao final da tabela de 12 a 24 anos conforme lei nº 540/2009.

III – curso de Licenciatura Plena numa das áreas do conhecimento da Educação Básica, precedido de formação de Magistério de Nível Médio, na modalidade Normal ou equivalente.
IV – curso Superior complementado com Licenciatura Plena e Magistério de Nível Médio. (CAMPO MAGRO, 2013).

Dessa maneira a tabela deveria iniciar no Nível Superior, visto que o Nível Médio é um cargo em extinção. Diferente da carreira do Professor de Educação Infantil que inicia com formação mínima exigida de Nível Médio, na modalidade Normal. (CAMPO MAGRO, 2013)

Tanto a lei nº 540/2009, quanto a lei nº 827/2013 ao que diz respeito ao PSPN estão com os valores acima do que a lei determina como mínimo a ser pago aos professores para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais. Para calcular o valor do vencimento dos professores da educação básica o valor do vencimento inicial para 40 (quarenta) horas foi dividido por dois para obter as 20 (vinte) horas semanais. Os valores estão descritos na tabela 13.

	Valor do Piso Salarial Profissional Nacional 40 horas semanais	Professor 20 horas semanais	Educador - Professor de Educação Infantil 40 horas semanais
2009	R\$ 950,00	R\$ 566,42	R\$ 1132,85
2013	R\$ 1567,00	R\$ 861,89	R\$ 1723,78

Tabela 13 – Tabela comparativa entre os vencimentos iniciais dos Professores e Professores de Educação Infantil no município de Campo Magro com base no Piso Salarial Profissional Nacional e os vencimentos nos anos de 2009 e 2013. Elaborado pela autora.

3.4. ANÁLISE COMPARATIVA DA SÉRIE HISTÓRICA DOS VENCIMENTOS NO PONTO INICIAL DA TABELA

PROFESSORES – 20 HORAS SEMANAIS			
	2009	Atualização para 2013/INPC	2013
NEP/NM	566,42	713,8	861,89
NSP/NS	764,67	963,63	1057,78
NPP/NP	841,13	1051,99	1167,47

Tabela 14 – Tabela comparativa da série histórica dos vencimentos no ponto inicial das tabelas do município de Campo Magro nos anos de 2009 e 2013. Fonte: Tabela elaborada pela autora, com valores corrigidos pelo INPC de 2013.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS SEMANAIS			
	2009	Atualização para 2013/INPC	2013
NE	792,99	999,32	1096,96
NM	1132,85	1427,61	1723,78
NS	1529,34	1927,27	2115,56
NP	1682,28	2120,01	2334,94

Tabela 15 – Tabela comparativa da série histórica dos vencimentos no ponto inicial das tabelas do município de Campo Magro nos anos de 2009 e 2013. Fonte: Tabela elaborada pela autora, com valores corrigidos pelo INPC de 2013.

Ao comparar a série histórica dos vencimentos nos anos de 2009 e 2013, no ponto inicial da tabela de vencimentos do município de Campo Magro é possível verificar nas tabelas 14 e 15 que o aumento no ponto inicial da tabela de vencimento dos professores das séries iniciais e dos professores de Educação infantil em todos os níveis, entre os anos de 2009 a 2013 foi maior do que o valor corrigido da inflação no mesmo período que foi de aproximadamente 26 % (vinte e seis por cento), chegando em alguns níveis a mais de 50% (cinquenta por cento) de aumento. Devido a pressão pelo cumprimento da Lei do PSPN, fazendo que o município atualizasse as tabelas de vencimento nos anos de 2009 e 2013.

3.5. ANÁLISE DOS COMPONENTES DE REMUNERAÇÃO A PARTIR DOS CONTRACHEQUES

A análise dos componentes de remuneração deu-se inicialmente a partir da coleta de contracheques dos anos de 2007 até 2015, de uma professora das séries iniciais do Ensino Fundamental e duas professoras de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Campo Magro. Esses documentos permitem o olhar sobre a composição da remuneração e ainda uma forma de avaliar as tabelas de vencimento e a efetivação dos planos de carreira como valorização do magistério, na progressão da carreira desses profissionais. Foram analisados ainda os contracheques de outras duas professoras de Educação Infantil nos anos de 2014 e 2015, que estavam em estágio probatório, porém cada uma foi nomeada a partir de concursos diferentes, e mesmo estando em início de carreira recebiam valores distintos.

Assim sendo, foi elaborada uma planilha para organização dos dados que compõem a remuneração das funcionárias para trabalhar com as informações contidas nos contracheques.

A remuneração das funcionárias, é composta pelo valor do vencimento inicial acrescido de demais bonificações, que no caso das funcionárias são quinquênio, indenização/vale transporte, gratificação, diferença salarial, salário família, FGD – Porte 2º/ Efetivo, Diferença Salarial, Diferença Salarial Lei Municipal 793/2013, Hora atividade Professor 20H – Dec. 309/2015, Hora Atividade Professor – Decreto 319/2015. Como constam nas tabelas referentes a remuneração das funcionárias.

Remuneração								
Funcionária 1								
Ano	Vencimento	Quinquênio	FGD Porte 2 Efetivo	Gratificação	Diferença Salarial	Indenização de Transporte Professor/Educador	Hora Atividade Professor 20h Dec. 309/2015	Total
2007	886,77	133,02						1019,79
2008	913,38	137,01		913,38				1963,67
2009	997,72	149,66	600,04					1747,42
2010	997,72	199,54	600,04					1797,30
2011	997,72	199,54	600,04					1797,30
2012	1149,17	229,83	900,00					2279,00
2013	1418,21	283,64			322,85			2024,70
2014	1721,09	344,22						2065,31
2015	1832,96	458,24				146,64	80,00	2517,84

Tabela 16 - Tabela referente à remuneração da funcionária 1 no período entre 2007 e 2015. *Fonte: Contracheques. Elaborada pela autora.*

A tabela 16 refere-se a funcionária 1, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Ao analisar a tabela foi possível constatar que no período analisado sua remuneração foi composta totalmente pelo vencimento inicial acrescido de gratificações. No ano de 2007 a funcionária 1 tinha formação em nível superior, estava no nível N2/ classe “I”, com valor inicial de R\$ 886,77. No ano de 2009 a funcionária estava no nível NSP/ classe “J” com vencimento inicial de R\$ 997,72, como determinado na tabela 7 e neste nível e classe permaneceu até o ano de 2012, sem atualização e reajustes sobre a inflação. Após reajuste da tabela conforme a lei do Piso Salarial Profissional Nacional o vencimento inicial da funcionária passou de R\$ 997,72 para 1149,17. No entanto, a funcionária no ano de 2012 avançou para a classe “K”. Em 2013 com a criação da lei nº 827/2013 uma nova tabela de vencimentos foi criada, porém a funcionária que estava na classe 11, nível Superior (NS) passou a receber um valor de R\$ 1418,21 inferior ao que consta na tabela 11, demonstrando um problema no enquadramento na tabela de vencimentos. No ano de 2014 a funcionária passou para o nível de Pós-graduação (NP), na classe 12 recebendo o valor inicial de R\$ 1721,09 acima do que consta na tabela 9, assim como no ano de 2015. Observou-se ainda que nos anos de 2010 e 2011 a profissional não teve reajustes em sua remuneração. Somente a partir do ano de 2012.

Remuneração							
Funcionária 2							
Ano	Vencimento	Quinquênio	Indenização Transporte	Gratificação Coordenação Pedagógica	Diferença Salarial Lei Municipal 793/13	Hora Atividade Professor 40h Dec. 319/2015	Total
2007	570,11						570,11
2008	570,11						570,11
2009	1132,85		90,63				1223,48
2010	1529,34		90,63				1619,97
2011	1682,28	84,11	110,00				1876,39
2012	1937,65	96,88	117,15	213,77			2365,45
2013	2397,63	119,88	117,15		482,98		3117,64
2014	2638,15	131,91	158,43				2928,49
2015	2809,62	140,48	175,96			160,00	3286,06

Tabela 17 - Tabela referente à remuneração da funcionária 2 no período entre 2007 e 2015. *Fonte: Contracheques. Elaborada pela autora.*

A funcionária 2 é lotada no cargo de Professor de Educação Infantil com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Observa-se na tabela 17 que a profissional no ano de 2007 estava em início de carreira no nível médio na modalidade Normal, e permaneceu sem reajuste em sua remuneração até o ano de 2009 quando enquadrou-se na tabela de vencimentos do novo plano de cargos e salários no mesmo nível e classe que estava anteriormente. No ano de 2010 elevou para o nível Superior (NS), mantendo-se na classe “A”. Em 2011 permaneceu na mesma classe e elevou para o nível de pós-graduação (NP). Nos anos de 2009, 2010 e 2011 o reajuste em sua remuneração foi somente referente a elevação e nível, não havendo reajuste inflacionário. Em 2012 passou para a classe “B”, e em 2014 para a classe “3”. A partir do ano de 2012 a funcionária teve reajustes anuais conforme a determinação da lei do PSPN. Foi possível observar ainda que somente nos anos em que estava em estágio probatório, nos anos de 2007 e 2008 sua remuneração foi composta apenas pelo vencimento inicial, nos anos seguintes foi composta pelo vencimento inicial acrescido de gratificações.

Remuneração								
Funcionária 3								
Ano	Vencimento	Quinquênio	Indenização Transporte	Gratificação Coordenação Pedagógica	Salário Família	Hora Atividade Professor 40h Dec. 319/2015	Diferença Piso Salarial Lei Federal 11.738/2008	Total
2007	570,11				16,26			586,37
2008	570,11				17,10			587,18
2009	1132,85		90,63					1223,48
2010	1166,83		89,12					1255,95
2011	1166,83		110,00					1276,83
2012	1.279,96	64,00	117,15				171,04	1.632,15
2013	1.661,10	83,06	113,24					1.857,40
2014	2.461,99	123,10	118,78					2.703,87
2015	2.622,01	131,10	146,64	299,94		160,00		3.359,69

Tabela 18 - Tabela referente à remuneração da funcionária 3 no período entre 2007 e 2015. *Fonte: Contracheques.* Elaborada pela autora.

A tabela 18 refere-se a funcionária 3, professora de Educação Infantil com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Na tabela fica claro que a funcionária estava em início de carreira, e teve sua remuneração sem reajuste nos anos de 2007 e 2008 e 2011 e 2011, nem mesmo havendo o reajuste inflacionário anual. No ano de 2009 o reajuste foi relativo ao enquadramento na tabela do novo plano de cargos e salários municipal. Sendo assim, o reajuste foi apenas de atualização salarial. No ano

de 2010 a funcionária passou para classe “B” do nível médio (NM), permanecendo até o ano de 2012 quando foi para a classe “C” no mesmo nível anterior. Neste mesmo ano é possível observar que a funcionária recebeu uma gratificação referente a Diferença Piso Salarial – Lei Federal nº 11.732/2008 para que seu vencimento chegasse ao valor determinado em lei que foi de R\$ 1451,00. No entanto esse valor que deveria ser considerado na totalidade como vencimento inicial só passou a ser atualizado em 2013 com o valor corrigido para o novo Piso. Neste período a funcionária permaneceu recebendo somente o valor total do Piso, perdendo dessa forma os avanços recebidos por elevação de classe nos anos anteriores, pois o valor do Piso Salarial Profissional Nacional deve ser pago como vencimento inicial, ou seja, para ingressar na carreira do magistério deve-se receber no mínimo o valor do PSPN, sendo o início da carreira para os profissionais. No ano de 2014 a funcionária passou para o nível Superior (NS) e classe “4”. A partir do ano de 2012 recebeu somente o reajuste do PSPN após atualização da tabela salarial, porém as atualizações não ocorreram nos meses de janeiro como determina a lei do Piso, e os valores retroativos não foram pagos.

A tabela 19 refere-se ao ano de 2015 onde foram analisados os contracheques de duas funcionárias em início de carreira que receberam valores distintos devido a terem feito concursos diferentes.

	FUNCIONÁRIA 4	FUNCIONÁRIA 5
JANEIRO	1917,78	_____
FEVEREIRO	1917,78	_____
MARÇO	1917,78	1.835,83
ABRIL	1917,78	1.835,83
MAIO	1955,15	1.955,15

Tabela 19 – Tabela referente ao vencimento inicial de professoras de Educação Infantil Municipal de Campo Magro, carga horária de 40 horas semanais no ano de 2015, nos meses de janeiro a maio.
Fonte: Contracheques. Elaborada pela autora.

Ao verificar a tabela é possível perceber que a funcionária 5 que ingressou na carreira no mês de março de 2015 não recebeu o reajuste da lei do Piso no valor de R\$ 1917,78 para o ano atual. As duas funcionárias enquadram-se no início da tabela de vencimentos conforme a lei nº 827/2013 no nível médio modalidade Normal (NM)

e na classe “1”. Porém a funcionária 5 ao ingressar na carreira recebia o valor estabelecido no edital do concurso de provas e títulos no ano de 2014 realizado pela mesma para ingresso na carreira municipal. No entanto, quando ingressou no ano de 2015 o valor do PSPN determinado como valor mínimo a ser pago aos professores para uma carga horária de 40 horas semanais (BRASIL, 2008) havia sido reajustado, e as profissionais nomeadas para o cargo de professor de Educação Infantil não tiveram seus vencimentos corrigidos. Somente no mês de maio a tabela de vencimentos foi atualizada e todos os profissionais da carreira tiveram suas remunerações e vencimentos reajustados, mas os valores retroativos não foram pagos aos profissionais em nenhum ponto da tabela.

3.6. IMPACTO DO FUNDEB E DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

Primeiramente a análise foi relativa apenas ao vencimento inicial das Professoras das Séries Iniciais do Ensino Fundamental com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e das Professoras de Educação Infantil com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contidos nos contracheques das profissionais, com valores da inflação corrigidos pelo INPC para o ano de 2015. Conforme consta nas tabelas 20 e 21.

É possível observar na tabela 20 que nos anos de 2009, 2010 e 2011 a funcionária 1 não obteve reajustes salariais, assim como as funcionárias 2 e 3 nos anos de 2007 a 2008 e 2010 e 2011 não obtiveram reajuste nos vencimentos iniciais, nem mesmo o reajuste da inflação de cada ano, como consta na tabela 19. No ano de 2009 o que se percebe é um reajuste feito por ocasião do novo plano de cargos e salários das 3 (três) funcionárias. A funcionária 2 apresenta valores diferenciados da funcionária 3 mesmo estando na mesma carreira por haver no ano de 2010 elevado do nível Médio (NM), modalidade Normal para o nível Superior (NS), com o fim do estágio probatório e no de 2011 para o Nível de pós-graduação (NP), enquanto a funcionária 3 só teve elevação de nível no ano de 2014, passando do nível médio, na modalidade Normal (NM), para o nível Superior (NS).

Após o ano de 2012 os reajustes são realizados anualmente conforme determinação da lei do PSPN, porém não nos meses de janeiro como determina a lei, sem haver o valor retroativo do reajuste a estes profissionais.

VENCIMENTO/ATUALIZAÇÃO		
FUNCIONÁRIA 1		
ANO	VALOR	ATUALIZAÇÃO
2007	886,77	1466,80
2008	913,38	1411,35
2009	997,72	1472,23
2010	997,72	1410,07
2011	997,72	1314,09
2012	1149,17	1433,70
2013	1418,21	1674,05
2014	1721,09	1906,10
2015	1832,96	1847,07

Tabela 20 – Tabela de vencimento de uma Professora das séries iniciais do Ensino Fundamental- carga horária de 20 horas semanais. Com valores de inflação corrigidos pelo INPC para o ano de 2015. *Fonte: Contracheques. Elaborada pela autora.*

VENCIMENTO/ATUALIZAÇÃO					
FUNCIONÁRIA 2			FUNCIONÁRIA 3		
ANO	VALOR	ATUALIZAÇÃO	ANO	VALOR	ATUALIZAÇÃO
2007	570,11	943,01	2007	570,11	943,01
2008	570,11	880,93	2008	570,11	880,93
2009	1132,85	1671,63	2009	1132,85	1671,63
2010	1529,34	2161,41	2010	1166,83	1649,08
2011	1682,28	2215,73	2011	1166,83	1536,83
2012	1937,65	2417,41	2012	1279,96	1593,87
2013	2397,63	2830,16	2013	1661,10	1960,76
2014	2638,15	2921,75	2014	2461,99	2726,65
2015	2809,62	2831,25	2015	2622,01	2642,19

Tabela 21 – Tabela de vencimento das Professoras de Educação Infantil - carga horária de 40 horas semanais. Com valores de inflação corrigidos pelo INPC para o ano de 2015. *Fonte: Contracheques.* Elaborada pela autora.

Nas tabelas 22 e 23 é possível observar durante o Fundeb que nos anos de 2007 e 2008 há uma lógica de desvalorização da remuneração dos profissionais, principalmente dos professores de Educação Infantil. A partir de 2009 com a implantação do novo plano de cargos e salários da educação municipal percebe-se um reajuste salarial dos professores pertinente ao plano e a nova tabela de vencimentos.

Piso Salarial Profissional Nacional									
FUNDEB									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
NM	545,02	545,02	566,42	583,41	583,41	639,98	861,89	1230,99	1311,00
NS	700,03	700,03	764,67	787,60	787,60	863,97	1508,14	1510,77	1608,96
NP	770,03	770,03	841,13	866,36	866,36	950,36	1664,53	1667,43	1775,80

Tabela 22 – Tabela referente a Remuneração inicial dos Professores da rede Municipal do Ensino Fundamental, com jornada de trabalho de 20 horas semanais no contexto do Fundeb e do PSPN – Campo Magro – 2007 a 2015

Piso Salarial Profissional Nacional									
FUNDEB									
	2007*	2008*	2009	2010*	2011*	2012	2013	2014	2015
NM	570,11	570,11	1132,85	1166,83	1166,83	1279,96	1723,78	2461,99	2622,01
NS	729,14	729,14	1529,34	1575,20	1575,20	1727,94	3016,28	3021,54	3217,92
NP	838,51	838,51	682,28	1732,72	1732,72	1900,72	3329,06	3334,86	3551,60

Tabela 23 – Tabela referente a Remuneração inicial dos Professores de Educação Infantil da rede Municipal do Ensino I, com jornada de trabalho de 40 horas semanais no contexto do Fundeb e do PSPN – Campo Magro – 2007 a 2015

Quanto ao PSPN, verifica-se que desde o período de sua implantação o município tem praticado a remuneração mínima exigida aos professores de educação infantil e na proporcionalidade para os professores com jornada de 20 (vinte) horas semanais, com 5% acima do mínimo do piso.

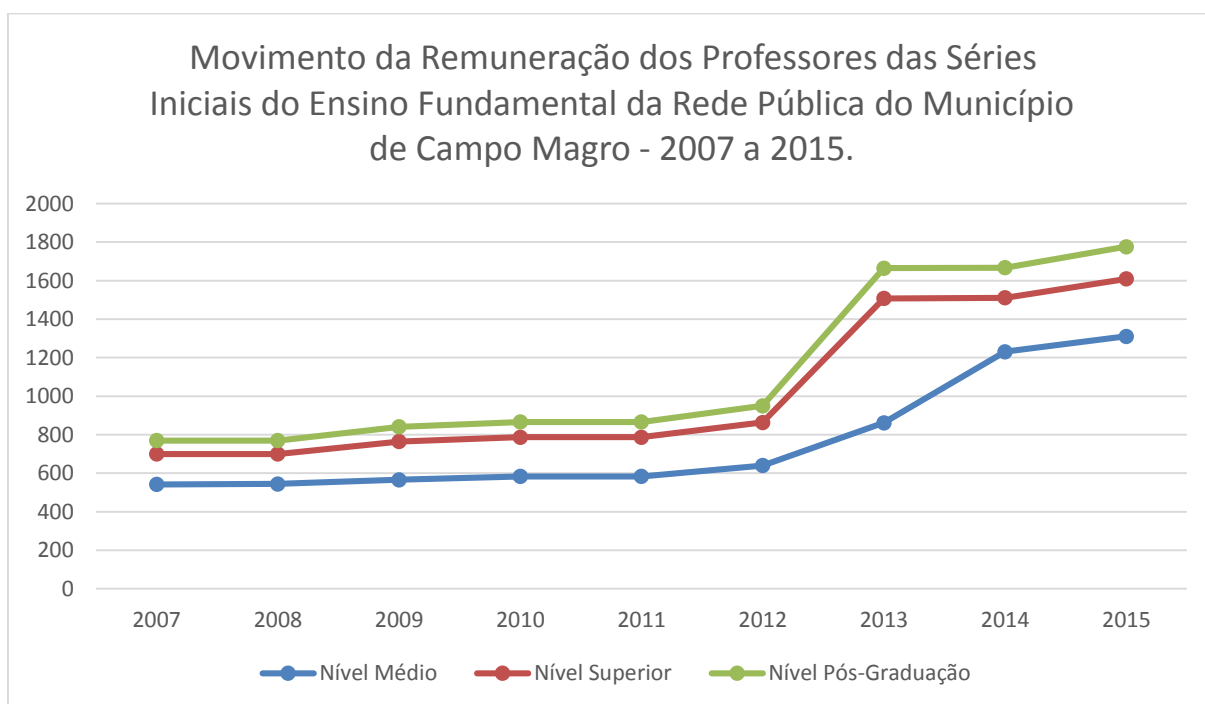


Gráfico 4 – Movimento da Remuneração dos Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública do Município de Campo Magro, com jornada de trabalho de 20 horas semanais – 2007 a 2015. Fonte: Campo Magro (2009 e 2013). Elaborado pela autora.

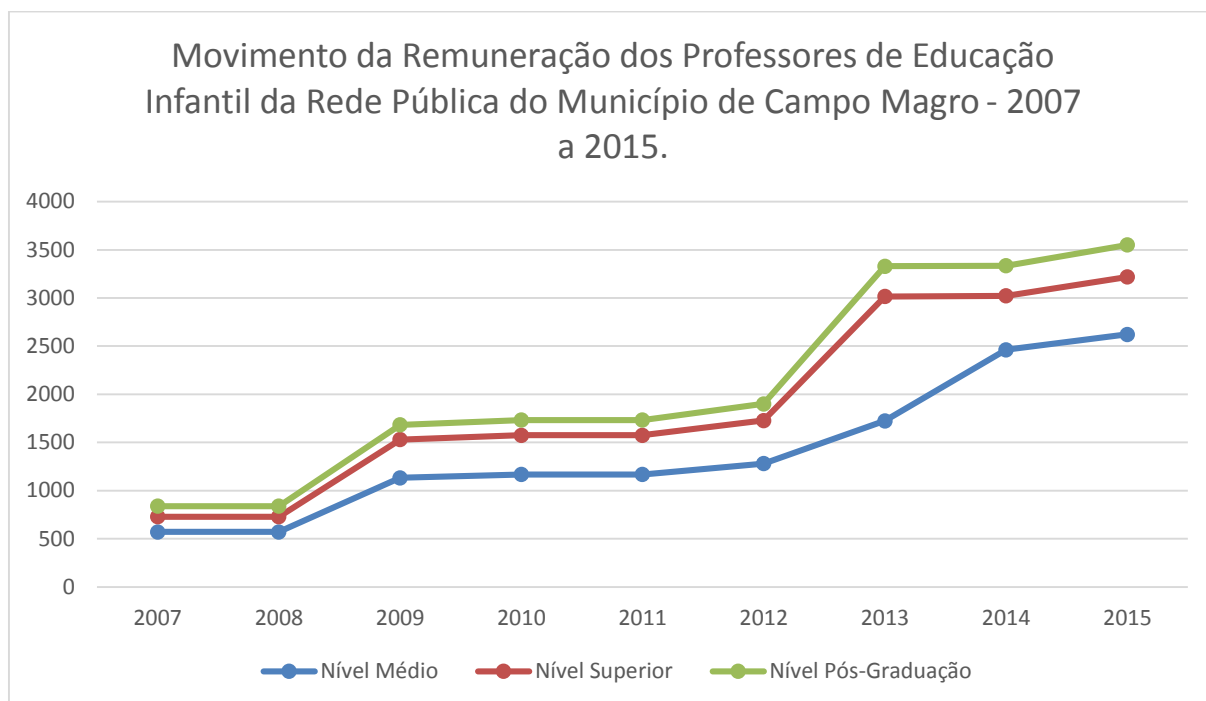


Gráfico 5 – Movimento da Remuneração dos Professores de Educação Infantil da Rede Pública do Município de Campo Magro, com jornada de trabalho de 40 horas semanais – 2007 a 2015. Fonte: Campo Magro (2009 e 2013). Elaborado pela autora.

O município, no período proposto pela pesquisa, apresentou movimentos constantes na remuneração dos profissionais da educação pública municipal. Como demonstram os gráficos 4 e 5. Sempre com movimentos crescentes ou sem crescimento, porém não registrou em nenhum período selecionado queda na remuneração. No entanto, os períodos em que não houve crescimento demonstra certa desvalorização do profissional da educação em Campo Magro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia teve como objetivo analisar a movimentação da remuneração dos professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Magro no contexto do Fundeb e do Piso Salarial Profissional Nacional.

Tendo como ponto de partida a Constituição federal de 1988, foram analisados alguns mecanismos legais relacionados a remuneração docente pública brasileira. Primeiramente foram observadas as leis que regulamentam as políticas de fundos do país. O Fundef que, no ano de 1997, reforçou o estabelecido pela LDB 9394/1996 no que se trata da valorização docente. Este Fundo representou um grande avanço na estruturação de financiamento do sistema educacional público, pois subvinculava uma parcela de recursos para a educação no Ensino Fundamental. O Fundeb permaneceu com a lógica do antigo Fundo, no entanto ampliou as etapas atingidas pelo fundo, incorporando toda a educação básica, dessa forma criara-se uma série de ponderações para a distribuição dos recursos, diferenciando por etapas, modalidade e tipos de estabelecimento o valor aluno/ano. Continuou ainda, reforçando a implantação de Planos de Carreira aos profissionais da educação e a necessidade de estabelecer um Piso Salarial Nacional.

Em 2008 criou-se a Lei nº 11.738 que determinou o Piso Salarial Profissional Nacional estipulou que o prazo máximo para adequação do valor determinado como piso salarial dos profissionais do magistério público na educação básica, referente a plano de carreira e remuneração do piso era 31 de dezembro de 2009. Além de determinar um valor mínimo para uma carga horária de 40 horas semanais a lei determinou ainda a criação ou adequação de planos de Carreira e que 1/3 da jornada de trabalho seja destinada a planejamento, cursos, etc.

No município de Campo Magro, o que se constatou foi que dada autonomia de ente federado, o município se adequou a lei do PSPN apenas no ano de 2011. Evidenciou-se que os professores de Educação Infantil foram os profissionais que mais se beneficiaram com a lei, visto que no período analisado os professores do ensino fundamental sempre receberam o valor acima do que determina a lei. Outro elemento fundamental encontrado na pesquisa foi a demora na atualização das tabelas de vencimento quando ocorre o reajuste do PSPN, havendo uma perda salarial aos professores da rede municipal que não estão em início de carreira, pois

estes, em alguns anos, não foram contemplados nem com reajuste da inflação. Após a implantação do PSPN a Prefeitura levou de 4 a 5 meses para efetivar o reajuste na tabela de vencimentos, sem pagar os devidos valores retroativos. Destacou-se ainda que a remuneração dos professores municipais basicamente é composta pelo vencimento inicial acrescido de gratificações, no entanto, essas gratificações não são incorporadas ao vencimento inicial desfavorecendo os profissionais quando estes chegam à aposentadoria.

Quanto a política de fundos no município é evidente que o Fundeb atuou como mecanismo de regulação da remuneração docente ao estabelecer um percentual mínimo de 60% à remuneração. Neste sentido, Campo Magro que sempre ganhou recursos do fundo apresentou um crescimento significativo na remuneração inicial dos professores. No entanto, esse processo também parece estar fortemente ligado ao PSPN, pois a partir da implantação da lei no município no ano de 2012, os anos subsequentes até 2015 tiveram anualmente os valores reajustados conforme determina a lei.

Nessa perspectiva relativa a análise da política de fundos e do PSPN no município as dificuldades estão no cumprimento da hora-atividade, que no ano de 2015, passou a ser gratificada com o valor de R\$160,00, para completar as 4 horas que faltavam. Porém, nem todas as instituições cumprem as horas de forma igualitária, havendo profissionais que cumprem menos hora-atividade que outras.

Constatou-se ainda a ausência de políticas de reposição inflacionária sobre a remuneração inicial dos profissionais da rede municipal de ensino.

REFERENCIAS

ARELARO, Lisete. ***FUNDEF: Uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação.*** In: ANPED 30ª Reunião Anual. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em: 05/07/2015.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm Acesso em: 11/10/15.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 11/10/15.

BRASIL. *Lei nº 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 15/08/15.

_____. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 02/06/2013.

_____. *Lei nº 9.424*, 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm>. Acesso em: 07/09/2015.

_____. *Lei n. 11.494*, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 07/09/2015.

_____. *Lei n. 11.738*, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm>. Acesso em: 15/02/2016.

BREMAEKER, F.E.J. **O impacto do FUNDEB nas finanças dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBAM, 2007. (Estudos especiais, v. 190).

CAMARGO, Rubens Barbosa de *et al.* **Financiamento da educação e remuneração docente: um começo de conversa em tempos de piso salarial.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*— v.25, n.2, p. 341-363, mai./ago. 2009.

CAMPO MAGRO, Prefeitura Municipal. **Histórico do município**. Disponível em: <<http://www.campomagro.pr.gov.br/nosso-municipio>>. Acesso em: 10/11/2015.

CAMPO MAGRO. *Lei Complementar n.º 006/2006*. Dispõe sobre o Estatuto e sobre o Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. 2006.

_____. *Lei Municipal n.º 540/2009*. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Profissional da Educação do Município de Campo Magro. 2009.

DAVIES, Nicholas. FUNDEB: a Redenção da Educação Básica? Campinas-SP. Autores Associados, 2008. Fundeb e Fundef: as principais mudanças e diferenças no texto constitucional. Acesso em 05/07/2015. disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br>.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. FERNANDES, Solange Jarcem. **O Fundeb no Contexto das Finanças Públicas Municipais de Campo Grande & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 907-924, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

LIMONTI, Rogério Machado. PERES, Ursula Dias. CALDAS, Eduardo de Lima. **Política de Fundos na Educação e Desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro, mar./abr. 2014.

SUBIRÁ, Juliana Aparecida Alves. **Um panorama da remuneração inicial dos professores nos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba: Configurações, impasses e perspectivas**. – Curitiba, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório da execução orçamentária**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.tce.pr.gov.br>> Acesso em: 15/11/2015.